

EDUCAÇÃO QUE DÁ CERTO

PERNAMBUCO



> O caso de Pernambuco

*Colocando o jovem no centro
da experiência escolar*





TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO QUE DÁ CERTO

O caso de Pernambuco

ABRIL > 2022

> APRESENTAÇÃO

Sobre o Todos Pela Educação

Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, somos financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública. Isso nos garante a independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado, mudar o que precisa ser mudado. A Educação só será melhor com boas políticas educacionais: estruturantes, bem formuladas e continuamente aprimoradas. E atuamos para que isso seja realizado em todo o Brasil, reunindo e estruturando o melhor do conhecimento e das evidências disponíveis, qualificando o debate e articulando com o poder público.

SAIBA MAIS EM

www.todospelaeducacao.org.br

Sobre o Educação Que Dá Certo

Iniciada em Outubro de 2020, a iniciativa “Educação Que Dá Certo” mapeia, analisa e dissemina bons exemplos de políticas educacionais pelo Brasil. Com isso, para além de valorizar os gestores e as secretarias que implementam tais políticas, busca-se mostrar como experiências de êxito na Educação brasileira podem inspirar ações de outras Secretarias de Educação do País.

SAIBA MAIS EM

www.educacaoquedacerto.todospelaeducacao.org.br

Sobre este documento

Este documento apresenta o caso de Pernambuco. Este estado nordestino é um destaque nacional e referência em Educação Integral no Ensino Médio, mesmo estando em um contexto desafiador do ponto de vista socioeconômico. São explorados os resultados educacionais do estado, as premissas da gestão educacional e as principais políticas educacionais que foram construídas e ajudam a explicar os caminhos que Pernambuco vem percorrendo para se destacar no cenário da Educação brasileira.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL

Priscila Cruz

Presidente-Executiva

Olavo Nogueira Filho

Diretor-Executivo

Gabriel Barreto Corrêa

Líder de Políticas Educacionais

Ivan Gontijo

Coordenador de Políticas Educacionais

REDAÇÃO

Ivan Gontijo

Coordenador de Políticas Educacionais

Theodora Beluzzi

Consultora de Projetos

Bernardo Baião

Pesquisador Assistente

REVISÃO TÉCNICA

Manuela Pereira

Coordenadora de Produção Técnica e Legislativa

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Priscilla Cabral

Líder de Comunicação e Mobilização

Priscilla Kesley

Coordenadora de Comunicação

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO EXTERNA

Estúdio Labirinto

REVISÃO EXTERNA

Ivy Farias e Paula Bosi

Jornalistas e Revisoras

> ÍNDICE

Sumário executivo, 5



Capítulo 1

DE ONDE ESTAMOS FALANDO? – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE PERNAMBUCO E ATORES DA TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 9

- 1.1 » Principais características do Estado e da rede de ensino, 11
- 1.2 » Trajetória de transformação da Educação local e seus atores políticos, 12



Capítulo 2

POR QUE CONSIDERAMOS PERNAMBUCO UM CASO DE SUCESSO? – OS RESULTADOS EDUCACIONAIS DO ESTADO, 14

- 2.1 » Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), 16
- 2.2 » Resultados educacionais (acesso, trajetória e aprendizagem), 18
- 2.3 » Histórico de Distorção Idade-Série, 21



Capítulo 3

O QUE ESTÁ POR TRÁS DOS RESULTADOS DE PERNAMBUCO? – COMO E QUAIS POLÍTICAS EDUCACIONAIS FORAM IMPLEMENTADAS, 22

- > 3.1 » Premissas da gestão educacional de Pernambuco, 26
- > 3.2 » Políticas educacionais de Pernambuco, 28
 - 3.2.1 » Programa de Educação Integral (PEI), 28
 - 3.2.2 » Suporte pedagógico, 34
 - 3.2.3 » Programa Ganhe o Mundo, 39
 - 3.2.4 » Programa Criança Alfabetizada, 41

Conclusão, 49

Lista de entrevistados para a elaboração deste documento, 50

SUMÁRIO EXECUTIVO

ESTE DOCUMENTO APRESENTA O CASO DA REDE DE ENSINO DE PERNAMBUCO,

explorando o sucesso consolidado no Ensino Médio e as medidas que vêm sendo feitas nos últimos anos para melhorar a qualidade da Educação pernambucana nas demais etapas de ensino. São apresentadas algumas premissas da gestão, as políticas educacionais, assim como os resultados e indicadores que fazem de Pernambuco um caso de destaque, sobretudo na última etapa da Educação Básica.

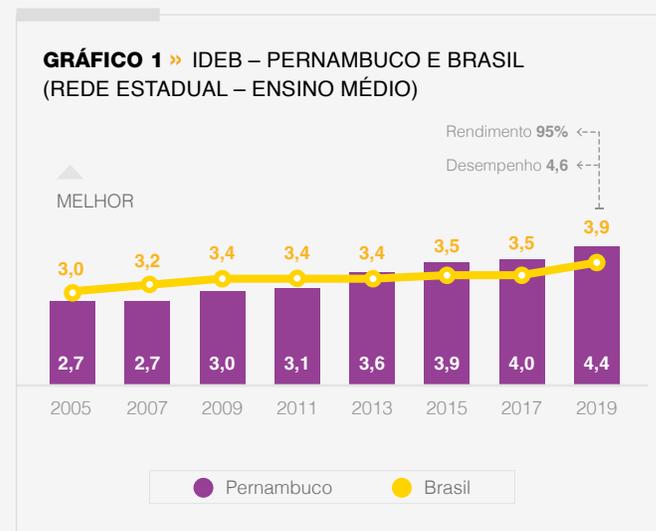
Desde 2013, o **Ideb** de Pernambuco no Ensino Médio é superior à média brasileira. Em 2015, Pernambuco obteve o melhor indicador entre os estados e teve o terceiro melhor desempenho em 2017 e 2019 (neste último, junto com o Paraná). Além disso, Pernambuco atingiu sua meta do Ideb no Ensino Médio em 2019, feito compartilhado apenas com o estado de Goiás. A evolução das notas do Estado no Ideb pode ser observada de forma mais clara no gráfico 1.



O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é calculado a partir de duas dimensões: o índice de rendimento escolar (média das taxas de aprovação do ciclo avaliado) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep (nota padronizada).

Uma das estratégias que levou o estado a esses resultados foi a expansão das escolas em tempo integral, com um modelo pedagógico diferenciado. Atualmente, Pernambuco é o Estado que concentra o maior número de matrículas de Ensino Médio Integral no país.

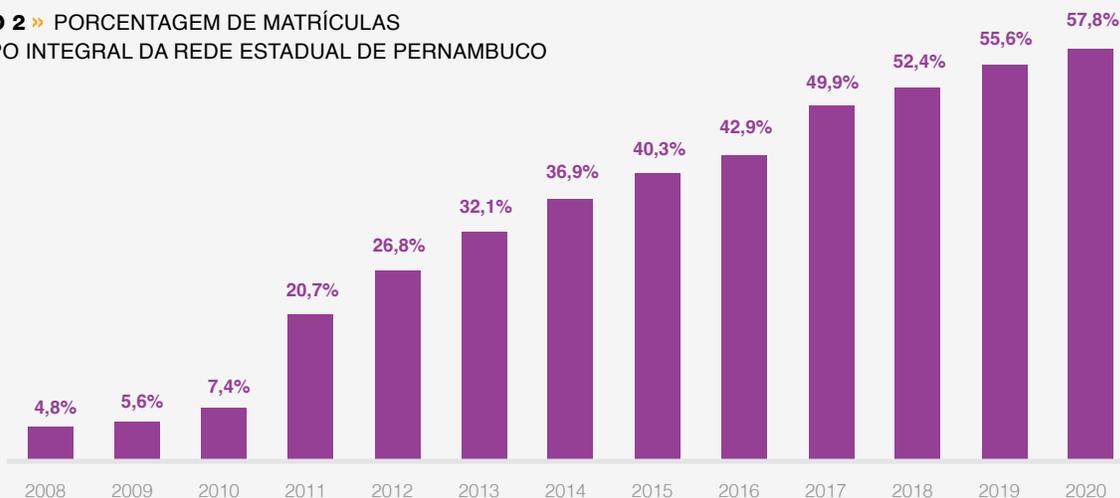
Uma das estratégias que levou o Estado a esses resultados foi a expansão das escolas em tempo integral, com um modelo pedagógico diferenciado. Atualmente, Pernambuco é o Estado que concentra



FONTE: MEC/Inep/Daeb – Ideb. Elaboração: Todos Pela Educação.

o maior número de matrículas de Ensino Médio Integral no país. O gráfico 2 traça a série histórica da porcentagem de matrículas em escolas de tempo integral na rede estadual de Pernambuco, desde 2008.

GRÁFICO 2 » PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO



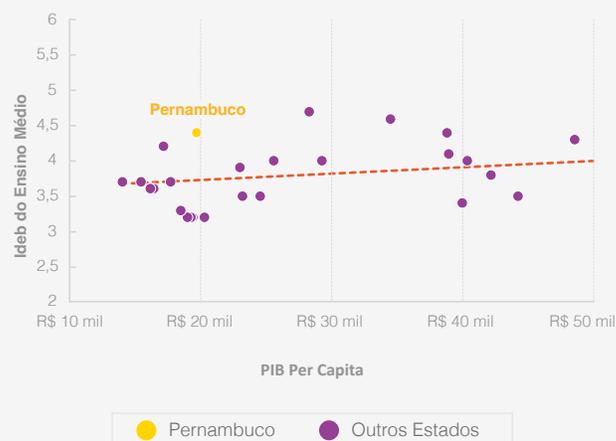
FONTE: Censo Escolar 2020¹. Elaboração: Todos Pela Educação.

Em 2020, de cada 10 alunos no Ensino Médio em Pernambuco, cerca de 6 (57,8%) estavam matriculados em escolas de tempo integral - sejam elas com carga horária de 35 ou 45 horas semanais. Em 2022, segundo estimativas da Secretaria de Educação e Esportes, serão 75% das matrículas ofertadas neste formato para os alunos do 1º ano do Ensino Médio (os que estão entrando no Ensino Médio), abrangendo todos os 184 municípios, o que significa que Pernambuco será o primeiro estado a universalizar o Ensino Integral².

O bom desempenho educacional de Pernambuco no Ensino Médio e o fato de ser o estado com o maior número de matrículas em tempo integral no Ensino Médio (um formato que tem um custo mais elevado por aluno) se torna ainda relevante quando considera-se o desafiador contexto socioeconômico do estado.

Pernambuco faz parte do grupo dos estados mais pobres do Brasil, com um PIB per capita inferior a R\$ 20 mil. Mesmo assim, desde 2015, o estado se destaca pelos excelentes resultados no Ideb no Ensino Médio. Conforme mostra o gráfico 3, o desempenho pernambucano é superior em relação a outras unidades federativas mais ricas, como São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

GRÁFICO 3 » RELAÇÃO ENTRE IDEB NO ENSINO MÉDIO (REDE ESTADUAL) E PIB PER CAPITA DOS ESTADOS BRASILEIROS



FONTE: MEC/Inep/Daeb – Ideb e IBGE (2018). Elaboração Todos Pela Educação.

Reconhece-se que os excelentes resultados que Pernambuco atingiu no Ensino Médio podem ser atribuídos a um conjunto de políticas educacionais que foram sendo implementadas e aprimoradas de forma contínua ao longo dos anos. Neste material, as principais medidas serão descritas de forma detalhada. O quadro-resumo abaixo traz as premissas da gestão educacional e as principais políticas destacadas neste documento.



1 > Para as estimativas foram consideradas apenas as escolas das redes estaduais. Não estão incluídas as escolas exclusivamente de Educação para Jovens e Adultos, de Educação Especial e Ensino Médio Normal/ Magistério. Para as Escolas Integrais, foram considerados os mesmos critérios de seleção, mas com o requisito adicional de a unidade manter ao menos uma turma do Ensino Médio com duração superior a 420 minutos diários (sem considerar Atividade Complementar), de acordo com o Censo Escolar (Inep).

2 > O conceito de universalização do ensino integral implica que todos os estudantes que desejarem cursar os estudos neste formato terão essa oportunidade. O que não significa que será ofertado somente este formato de matrícula.



Premissas da gestão educacional pernambucana

1 Governadores comprometidos com os resultados na Educação

O comprometimento dos Governadores nas questões educacionais foi, e ainda é, um elemento crucial para o avanço dos resultados de Pernambuco. O envolvimento direto das lideranças políticas no acompanhamento das metas e no estabelecimento da Educação como uma prioridade é essencial.

2 Continuidade com aprimoramento das políticas educacionais

A continuidade das políticas foi central para os bons resultados que o estado atingiu. A manutenção de uma equipe técnica qualificada na Secretaria, associada a um trabalho sólido de análise de resultados e correções de rota, se traduziu em políticas cada vez mais coerentes com as necessidades da rede de ensino.

3 Um olhar integral para os estudantes, em todas as suas dimensões e realidades

Colocar o jovem e seus sonhos, seus projetos de vida, no centro da experiência escolar reformula a concepção da escola como um todo e coloca a necessidade de um olhar integral para o estudante. Esse olhar se reflete na Secretaria de Educação como o entendimento de que o jovem precisa ser apoiado e sua cidadania construída, com qualidade, desde os primeiros anos escolares até sua formação profissional.

4 Modelo de gestão colaborativo e orientado a resultados

Pernambuco constrói sua gestão educacional centrada em metas bem estabelecidas e indicadores claros de monitoramento, guiando as ações da Secretaria. Este modelo de gestão combinado com um amplo processo de diálogo e pactuação com os profissionais da rede de ensino são centrais para o avanço da Educação em Pernambuco.

5 Parcerias para viabilizar projetos

As parcerias firmadas com organizações da sociedade civil e com as universidades foram e seguem sendo muito importantes para o desenvolvimento da Educação de Pernambuco. Elas auxiliam o estado na viabilização de projetos e no apoio técnico para resolver diversos problemas que as redes de ensino enfrentam.



Principais políticas educacionais

1 Programa de Educação Integral (PEI)

Pernambuco foi o primeiro estado a consolidar como política pública o modelo de Ensino Médio Integral, centrado no protagonismo do aluno, em seu projeto de vida e desenvolvimento integral. Desde 2008, as matrículas em tempo integral vêm crescendo substancialmente no estado, sendo que Pernambuco é o estado com maior número de matrículas neste modelo nesta etapa: todos os 184 municípios pernambucanos contam com pelo menos uma escola de tempo integral para o Ensino Médio atualmente.

2 Políticas de suporte pedagógico

Um dos fatores importantes para qualquer rede de ensino são os mecanismos de suporte pedagógico oferecidos para os professores. Desde 2008, a avaliação estadual Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (Saepe) começou a ser aplicada com frequência anual. Desde então, a Secretaria de Educação vem empreendendo um esforço contínuo para aprimorar e articular as diversas políticas de suporte pedagógico da rede de forma coerente.

3 Programa Ganhe o Mundo

O Programa Ganhe o Mundo (PGM) é uma política de internacionalização do jovem pernambucano que combina cursos de línguas e oferecimento de bolsas para estudo do idioma em diversos países para jovens que cursam o Ensino Médio da rede pública estadual. O programa visa expandir o repertório cultural e idiomático dos jovens, dando, para os alunos da escola pública, uma experiência a que poucos jovens brasileiros conseguem ter acesso.

4 Programa Criança Alfabetizada

O Programa Criança Alfabetizada foi criado em 2019 pelo Governo do Estado para, em regime de colaboração com os municípios, elevar os níveis de alfabetização das crianças do estado. O projeto combina ações de apoio técnico da Secretaria Estadual de Educação às redes municipais com incentivos ao avanço da qualidade da oferta educacional.

O Todos Pela Educação espera que este material possa subsidiar os tomadores de decisão de redes municipais e estaduais na formulação e na implementação de políticas educacionais mais efetivas. Olhar para as redes de ensino que vêm obtendo êxito na oferta de uma Educação de qualidade é ainda mais importante em um momento em que a Educação brasileira enfrenta desafios complexos decorrentes do longo período de fechamento das escolas causado pela pandemia da Covid-19.

Mitigar os impactos da pandemia para as comunidades escolares será a tônica da retomada da Educação nos próximos meses e anos. Somente será possível superar todas as barreiras que o contexto impõe por meio da estruturação e do fortalecimento de políticas educacionais mais efetivas. A experiência de Pernambuco e as políticas analisadas neste documento podem e devem ser uma das inspirações.







1.1

Principais características do Estado e da rede de ensino

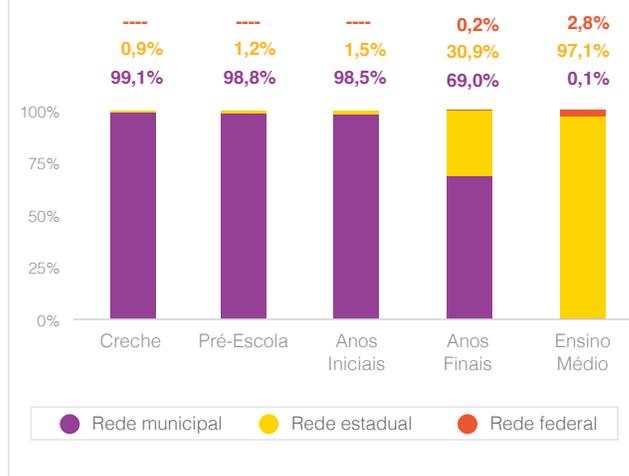
Pernambuco é um estado localizado na região nordeste do Brasil, com 184 municípios e uma população de cerca de 9,6 milhões de habitantes. A tabela 1 apresenta alguns dos principais indicadores socioeconômicos de Pernambuco, em perspectiva comparada com outros estados brasileiros.

TABELA 1 » INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE PERNAMBUCO

| INDICADOR | RESULTADO | POSIÇÃO EM RELAÇÃO AOS ESTADOS DO BRASIL |
|---|---------------|--|
| Número de municípios | 184 | 11º |
| População estimada (2021) ³ | 9.674.793 | 7º |
| PIB <i>per capita</i> (2018) ⁴ | R\$ 19.623,65 | 18º |
| IDHM (2017) ⁵ | 0,727 | 18º |

Na Educação Básica, Pernambuco conta com 2.206.605 matrículas, sendo 77,4% delas na Rede Pública. O gráfico 4 aponta que os municípios são responsáveis por praticamente todas as matrículas da rede pública na Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas) e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Já as matrículas referentes aos Anos Finais do Ensino Fundamental são ofertadas principalmente pelas redes municipais, ainda que com participação relevante da rede estadual. Por fim, no Ensino Médio, a quase totalidade das matrículas está sob responsabilidade da rede estadual.

GRÁFICO 4 » DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS DA REDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO, POR REDE DE ENSINO (2020)



FONTE: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2020.
Elaboração: Todos Pela Educação.

3 > Fonte: IBGE Cidades e Estados. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe.html>

4 > Fonte: IBGE (2018).

5 > Fonte: IPEA, 2017. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190416_rada_IDHM.pdf

Trajetória de transformação da Educação local e seus atores políticos

NESTE MATERIAL, será considerado como marco inicial do processo de transformação educacional de Pernambuco o ano de 2004.

Foi neste ano que a primeira escola de tempo integral foi implementada no estado. Neste momento, o governador era do então PMDB, **Jarbas Vasconcelos** (2003 a 2006), que estava em seu segundo mandato, e tinha como vice **Mendonça Filho** (então PFL, atual União Brasil), que assumiu a liderança do governo em 2006. Na Educação, o Secretário era **Mozart Neves Ramos**.

A primeira escola de tempo integral do estado foi o Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP). Esta escola passou por mudanças significativas em diversos elementos da sua organização, tais como o currículo, as metodologias pedagógicas e a gestão escolar. A experiência do CEEGP foi exitosa e Pernambuco decidiu ampliar esta iniciativa, criando os Centros de Ensino Experimentais (CEEs) de Educação Integral.

Esta primeira experiência do tempo integral em Pernambuco com os CEEs foi fruto de uma parceria público-privada, por meio de um convênio assinado entre o governo do estado e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). A parceria criou o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO), em regime de colaboração e Corresponsabilidade. O ICE era responsável por trazer a nova proposta pedagógica, a estratégia gerencial e de recursos, além de uma coparticipação financeira. O Estado era responsável por expandir a proposta e gerenciar as escolas⁶. Ao total, 20 CEEs foram inaugurados até 2007, quando assumiu o governador Eduardo Campos.

Pertencente a um grupo político diferente de seus antecessores, o PSB, **Eduardo Campos** (2007-2010), que antes havia atuado como Deputado Federal e Ministro da Ciência e Tecnologia, assume o Governo do Estado e não apenas dá continuidade ao projeto de educação integral como o torna uma política pública consolidada, em busca da expansão deste novo modelo de escolas para todo o território pernambucano.

A Educação Integral vira política pública institucionalizada em 2008, por meio do Programa de Educação Integral (PEI), a partir da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008⁷. Além do fortalecimento dessa política, o mandato foi marcado pela construção de um programa de correção de fluxo escolar, o Travessia, e investimentos na infraestrutura das escolas do estado. No primeiro mandato de Campos, dois secretários de Educação passaram pela pasta: **Danilo Cabral** (2007-2010) e **Nilton Mota** (2010-2011).

Eduardo Campos foi reeleito em 2010 e começou o segundo mandato em 2011, ano de estabelecimento do Pacto pela Educação, uma política voltada para a qualidade da Educação a partir de monitoramento contínuo e constante dos indicadores educacionais das escolas estaduais⁸. O Pacto Pela Educação foi uma das ações principais dentro do Programa de Modernização da Gestão, criado em 2007. Caracterizado pela integração das atividades de diagnóstico, planejamento, orçamento, monitoramento e gestão, com forte liderança do Núcleo Central de Governo (NCG)⁹, o modelo visava a uma gestão para resultados, contando inclusive com incentivos para os servidores públicos em caso do atingimento de metas de desempenho.

6 > Para saber mais, leia: MAGALHÃES, Marcos. A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio: Pernambuco cria, experimenta e aprova. 1. ed. São Paulo: Albatroz: Loqui, 2008.

7 > Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=2&numero=125&complemento=0&ano=2008&tipo=&url=>

8 > Para saber mais, visite: Pacto pela Educação - Garantir educação pública de qualidade e formação profissional. Secretaria de Educação de Pernambuco, 2011. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/educar/upload/galeria/689/Site%20PPE%20-%20Banco%20Mundial.pdf>

9 > O Núcleo Central de Governo (NCG) é o grupo de instituições que dão apoio direto ao governador em gestão estratégica, articulação de políticas e acompanhamento e melhoria do desempenho. Para saber mais, leia: ALESSANDRO, M., SHOSTAK, R., LAFUENTE, M. Liderando a partir do centro: o modelo de gestão de Pernambuco. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Liderando-a-partir-do-centro-O-Modelo-de-Gest%C3%A3o-de-Pernambuco.pdf>

As áreas de Saúde, Segurança Pública e Educação receberam atenção especial, sendo firmados pactos de desempenho com maior monitoramento e estabelecimento de metas de resultado. O Pacto pela Vida (na pasta de Segurança Pública) foi instituído em 2007, já o Pacto pela Educação e o Pacto pela Saúde, em 2011.

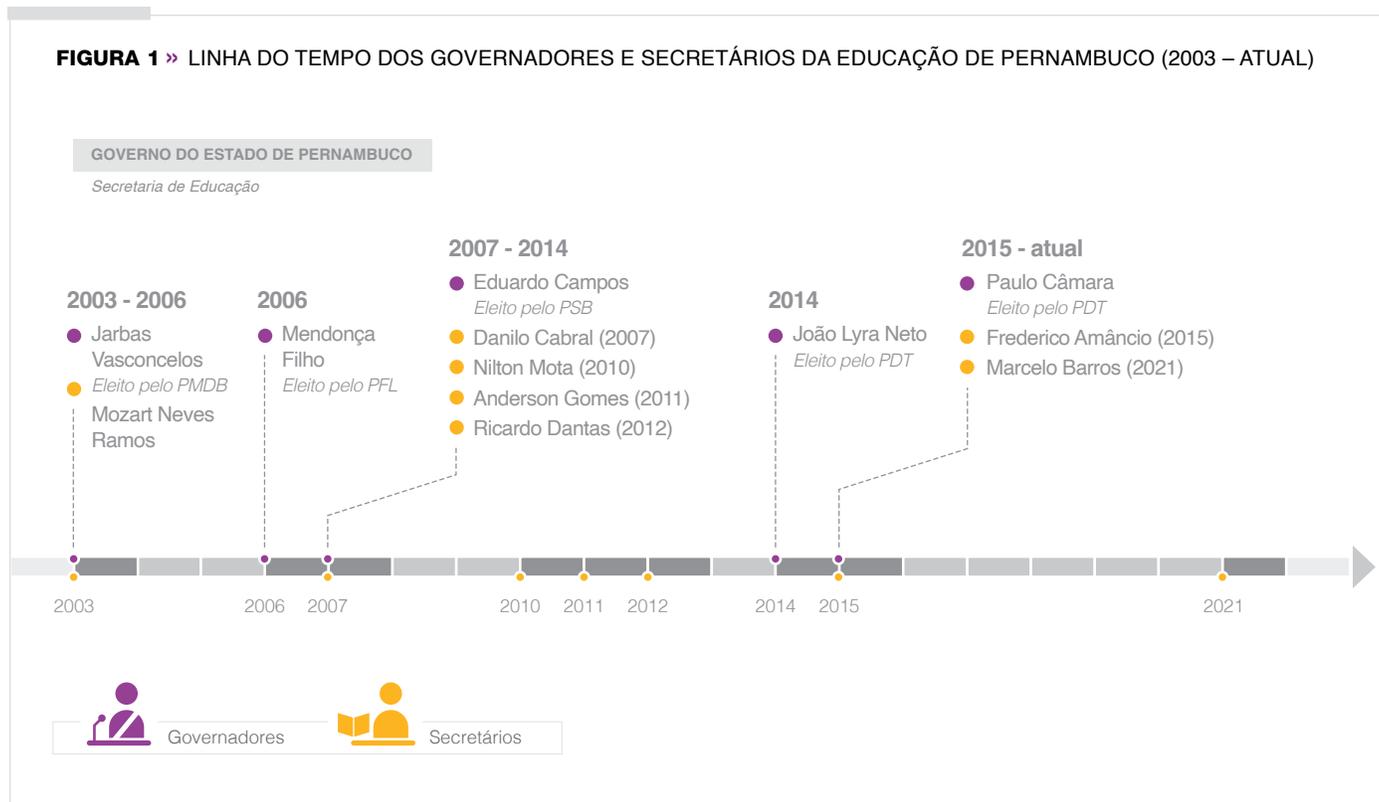
Campos renunciou ao seu mandato para concorrer à eleição presidencial em 2014, tomando posse **João Lyra Neto** (PDT), então vice-governador, até o final do ano. Em 2015, **Paulo Câmara** (PSB), que era do mesmo grupo político de Campos e antes havia atuado como Secretário de Administração, Turismo e Fazenda na gestão de Campos, assumiu o Governo do Estado (2015-2018) e foi reeleito em 2018 (2019-atual). Paulo Câmara nomeou **Frederico Amâncio** como Secretário de Educação (2015-2020) e, posteriormente, **Marcelo Barros** (2021-atual). Foi durante a primeira gestão de Paulo Câmara que a Educação Integral teve

o seu período de maior expansão, chegando a todos os municípios do Estado. É em seu mandato que Pernambuco registra os melhores resultados no Ideb.

Analisando a trajetória da transformação educacional de Pernambuco, é possível notar que a continuidade das políticas foi facilitada pela manutenção de um mesmo grupo político na liderança do Estado desde 2007. Mas, para além da continuidade política, a alta qualidade técnica dos secretários de Educação que já acumulavam experiências sólidas na gestão pública (como Fred Amâncio, Marcelo Barros, Ricardo Dantas, Nilton Mota) foi importante para garantir os resultados importantes que o estado conquistou ao longo dos anos.

A linha do tempo abaixo traz as principais lideranças políticas (Governadores e Secretários de Educação) da transformação da Educação em Pernambuco nos últimos anos.

FIGURA 1 » LINHA DO TEMPO DOS GOVERNADORES E SECRETÁRIOS DA EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO (2003 – ATUAL)



Elaboração: Todos Pela Educação.





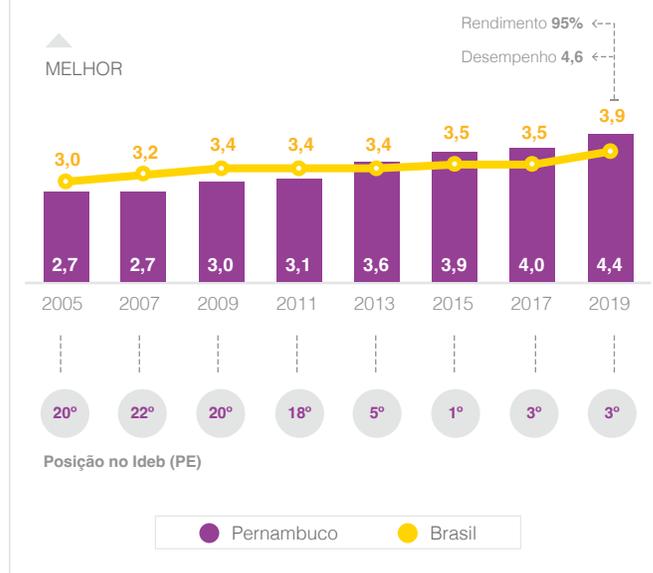


Neste capítulo, serão explorados os principais indicadores educacionais de Pernambuco. O capítulo está dividido em três partes: a primeira analisa o desempenho de Pernambuco no Ideb¹⁰, o principal indicador da qualidade educacional existente no Brasil; a segunda apresenta os resultados educacionais pernambucanos em três dimensões (acesso, trajetória e aprendizagem); e a terceira seção destaca a evolução do indicador de distorção idade-série no Estado, uma das principais marcas da gestão educacional pernambucana na última década.

2.1 > Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

PERNAMBUCO é um dos poucos estados do Brasil que conseguiu atingir ou superar as metas nacionais do Ideb para o Ensino Médio em todas as edições. Na edição de 2019, apenas Pernambuco e Goiás bateram suas metas nesta etapa. Em 2015, o Estado atingiu o melhor resultado no Ideb do país, com a nota 3,9, mantendo uma trajetória ascendente nos anos seguintes. Em 2019, obteve o 3º melhor resultado entre as redes estaduais do país no Ensino Médio, junto com o Paraná.

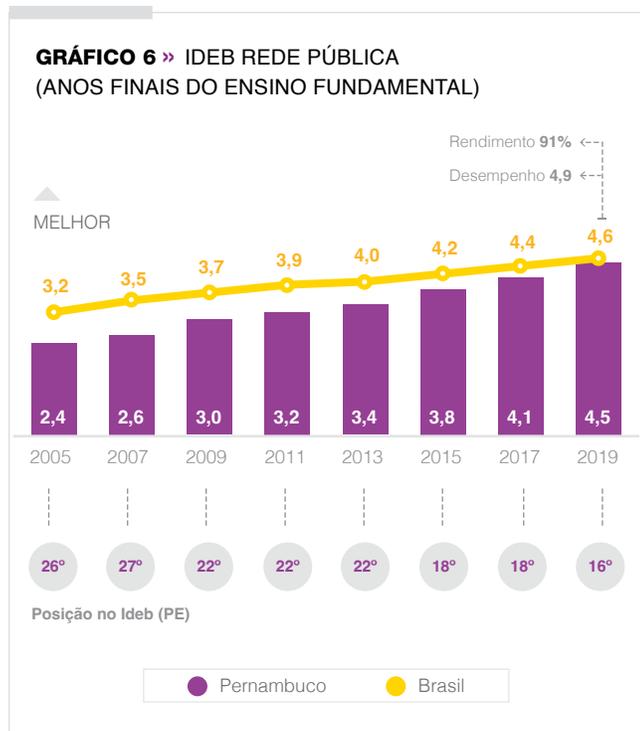
GRÁFICO 5 > IDEB REDE ESTADUAL (ENSINO MÉDIO)



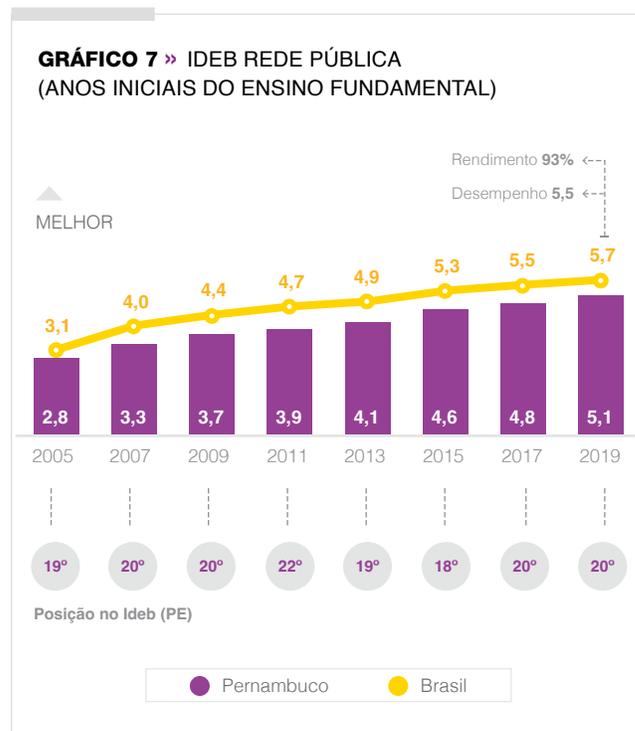
¹⁰ > O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), é calculado a partir de duas dimensões: o índice de rendimento escolar (média das taxas de aprovação do ciclo avaliado) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep (nota padronizada).

Já no Ensino Fundamental, Pernambuco vem apresentando uma importante evolução, embora não apresente o destaque que tem no Ensino Médio. O estado tem melhorado seus resultados em todas as edições do Ideb tanto nos Anos Iniciais como Finais, como apontam os gráficos 6 e 7.

Nos Anos Finais, entre 2005 e 2019, o Ideb evoluiu cerca de dois pontos: de 2,4 para 4,5. Já nos Anos Iniciais, o salto foi ainda maior: de 2,8 para 5,1. Como pode ser visto, Pernambuco ainda tem resultados pouco satisfatórios na comparação com outros estados e piores que a média do Brasil. Em 2019, a rede pública pernambucana teve apenas o 16º melhor resultado nos Anos Finais e o 20º melhor resultado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.



FONTE: MEC/Inep/Daeb – Ideb.
Elaboração: Todos Pela Educação.



FONTE: MEC/Inep/Daeb – Ideb.
Elaboração: Todos Pela Educação.



Resultados educacionais (acesso, trajetória e aprendizagem)

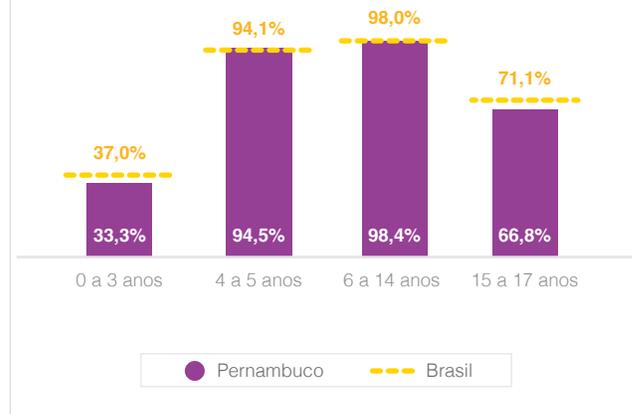
UM ENTENDIMENTO MAIS COMPLETO sobre qualidade educacional é baseado em três elementos que ajudam a concretizar o significado do direito à Educação. Assegurar que esses três objetivos sejam alcançados, simultaneamente, é condição necessária para que tenhamos uma Educação de qualidade. São eles:

- O **acesso** das crianças e dos jovens à escola, conforme previsto na legislação;
- A **trajetória** adequada entre as séries;
- A **aprendizagem** de todos os alunos na idade certa.

ACESSO ESCOLAR

Garantir o acesso à escola é o primeiro passo para construir uma Educação de qualidade. O gráfico 8 indica a taxa de atendimento escolar em cada etapa da Educação Básica em Pernambuco. É interessante destacar que o estado praticamente universalizou o acesso ao Ensino Fundamental (6 a 14 anos), conforme previsto na meta 2 do atual Plano Estadual de Educação. Já na Pré-Escola (4 a 5 anos), Pernambuco tem resultados próximos à média nacional. Os resultados mais críticos e desafiadores estão na Creche (0 a 3 anos, etapa não obrigatória) e no Ensino Médio (15 a 17 anos), nos quais Pernambuco têm resultados piores que a média do Brasil¹¹.

GRÁFICO 8 » TAXA DE ATENDIMENTO POR ETAPAS, REDE TOTAL, PERNAMBUCO X BRASIL (2019)



FONTE: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

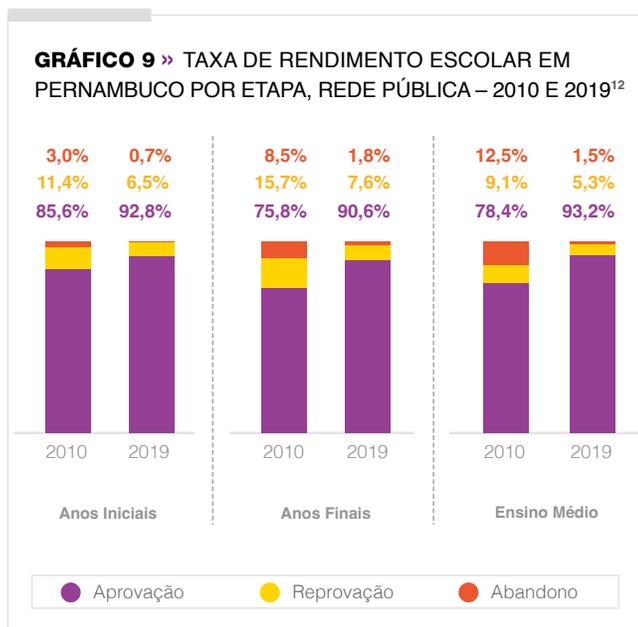
Pernambuco praticamente universalizou o acesso ao Ensino Fundamental (6 a 14 anos). Os resultados mais críticos e desafiadores estão na Creche (0 a 3 anos, etapa não obrigatória) e no Ensino Médio (15 a 17 anos), com percentuais de atendimento escolar abaixo da média nacional.

¹¹ > A ampliação da oferta de vagas em creches e a universalização do acesso ao Ensino Médio estão previstas, respectivamente, nas metas 1 e 3 do Plano Estadual de Educação de Pernambuco, com vigência entre 2015 e 2025. O documento está disponível em http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/10046/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O_vers%C3%A3o%20final_%20Lei_%20n%C2%BA%2015.533%20DOE.pdf

TRAJETÓRIA

Quanto à garantia da permanência dos alunos na escola com trajetória escolar adequada entre as séries, um importante indicador são as taxas de rendimento, que medem o percentual de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola em determinado ciclo.

O gráfico 9 indica que, entre 2010 e 2019, houve um crescimento significativo da taxa de aprovação tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Destaque especial para o Ensino Médio e Anos Finais, no qual a taxa de aprovação subiu 14,8% neste período. Outro ponto que chama a atenção é a queda do abandono também no Ensino Médio, que foi de 12,5%, em 2010, para 1,5%, em 2019.

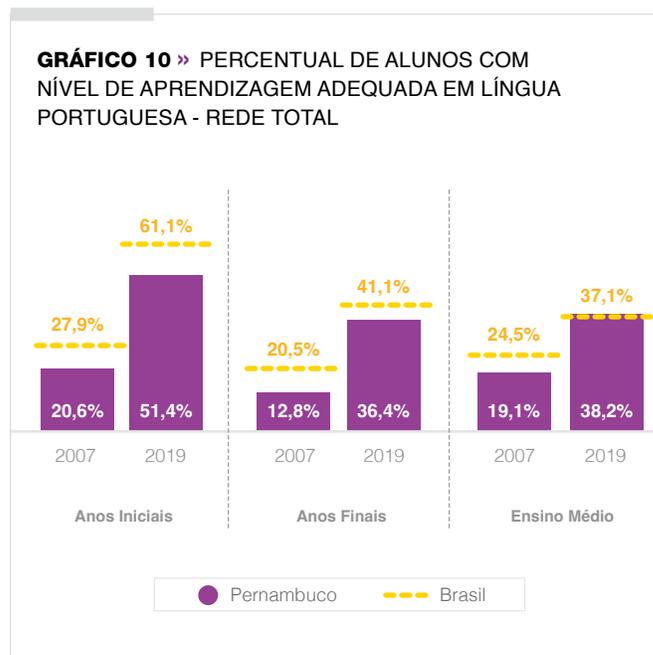


FONTE: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

APRENDIZAGEM

A garantia da aprendizagem adequada de todos os alunos é o que concretiza, de fato, o direito à Educação. Afinal, não basta estar na escola e passar de ano, é preciso aprender. Os gráficos 10 e 11 mostram a evolução no percentual de alunos com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e em Matemática em Pernambuco.

Em Língua Portuguesa, Pernambuco apresenta desempenho inferior à média nacional nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, mas pouco acima da média nacional no Ensino Médio.



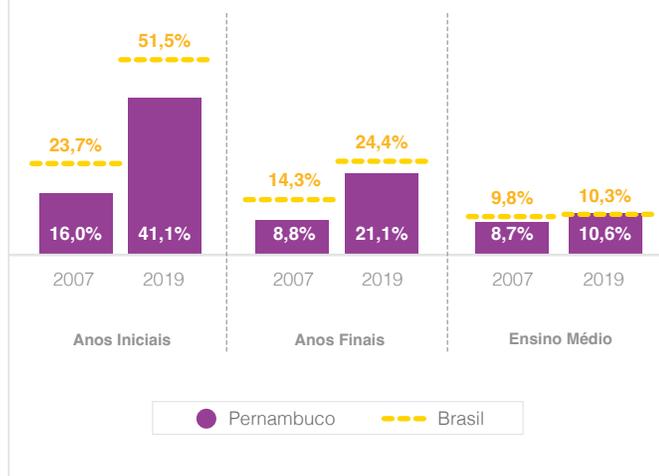
FONTE: MEC/Inep/Daeb - Microdados do Saeb e Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021. Elaboração: Todos Pela Educação.

Os indicadores de Matemática seguem um padrão semelhante ao de Língua Portuguesa. No Ensino Fundamental, observam-se avanços importantes entre 2007 e 2019, mas ainda críticos e distantes em relação aos números apresentados pela média brasileira. Já no Ensino Médio, Pernambuco apresentou uma evolução pequena, tendo resultados bem próximos da média nacional.

Outra análise possível é comparar a evolução na pontuação da escala Saeb de Pernambuco e do Brasil. Neste caso, o gráfico 12 mostra que Pernambuco teve um avanço semelhante ao Brasil nos Anos Iniciais em Matemática e em Língua Portuguesa. Já nos Anos Finais e, principalmente, no Ensino Médio, Pernambuco teve um avanço muito superior à média brasileira, tanto em Matemática como em Língua Portuguesa.

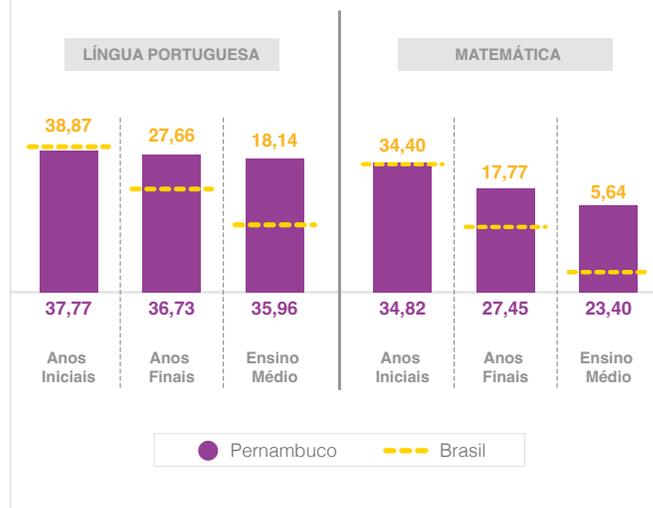
12 > Optou-se por utilizar os dados de 2019, pois 2020 foi um ano atípico na Educação Básica, com índices de reprovação muito menores do que os anos anteriores. Essa diminuição artificial dos índices foi causada pelo fechamento das escolas e pela recomendação do Conselho Nacional de Educação, por meio de um parecer, recomendando que as redes de ensino evitassem a reprovação dos estudantes. Para ler o parecer, visite: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2020-pdf/148391-ppc011-20/>

GRÁFICO 11 » PERCENTUAL DE ALUNOS COM NÍVEL DE APRENDIZAGEM ADEQUADA EM MATEMÁTICA – REDE TOTAL



FONTE: MEC/Inep/Daeb - Microdados do Saeb e Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021. Elaboração: Todos Pela Educação.

GRÁFICO 12 » AUMENTO NA NOTA SAEB ENTRE 2007 E 2019 - PERNAMBUCO E BRASIL (REDE TOTAL)



FONTE: MEC/Inep/Daeb – Ideb. Elaboração: Todos Pela Educação.

Entre 2007 e 2019, Pernambuco apresentou importantes avanços em todas as etapas em relação aos níveis de aprendizagem tanto em Língua Portuguesa como em Matemática. O principal destaque está no Ensino Médio, etapa na qual o estado possui resultados superiores à média do país.



2.3 > Distorção da idade-série

A TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

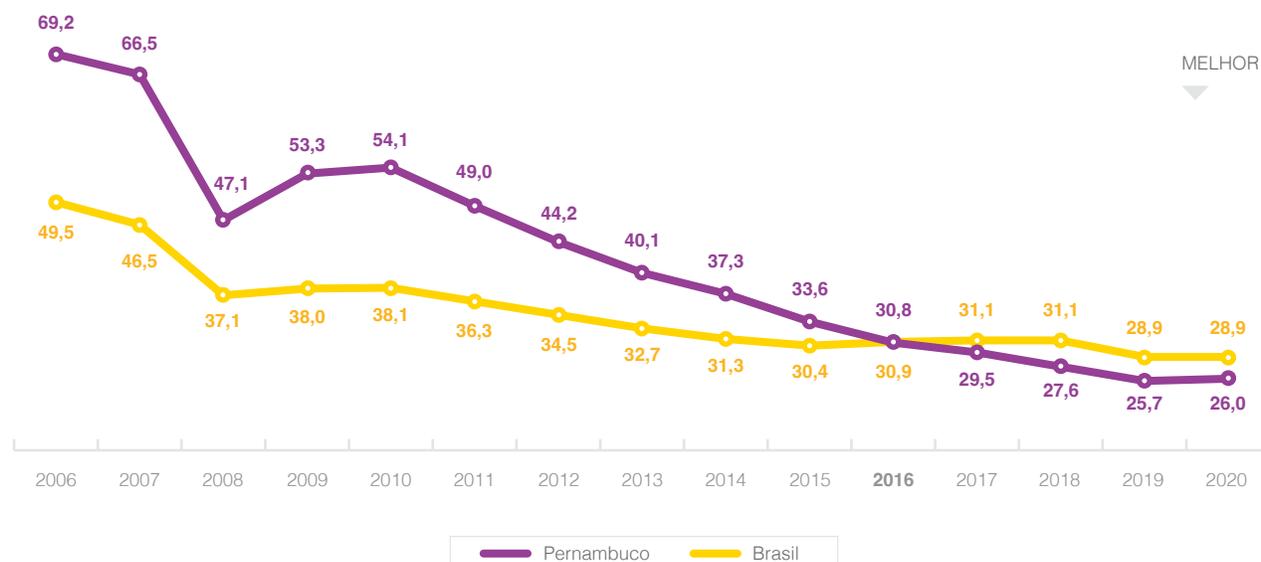
é um indicador que mostra o percentual de alunos que estão com dois anos ou mais de atraso em sua trajetória escolar. Os estudantes que estão em situação de distorção idade-série são aqueles que já tiveram alguma intercorrência em sua trajetória escolar, seja por reprovação, abandono ou evasão. Ainda que este seja um indicador de trajetória, optou-se por incluir uma seção específica sobre ele, pois Pernambuco foi capaz de diminuir a distorção idade-série no Ensino Médio de forma muito relevante.

Em 2006, o estado apresentava um altíssimo índice de distorção idade-série no Ensino Médio, de 69,2%, frente a uma média nacional de 49,5%. De forma mais concreta, isso significa que, em uma turma de 30 alunos no Ensino

Médio, cerca de 21 estudantes tinham dois anos ou mais de atraso em sua trajetória escolar. Para enfrentar esse desafio, a Secretaria de Educação implementou, em 2007, um programa específico de correção do fluxo escolar, chamado de Travessia, que será abordado em detalhes no próximo capítulo.

Como resultado deste esforço, o gráfico 13 indica que houve uma queda superior a vinte pontos percentuais entre 2006 e 2008. Em 2016, a taxa passou pela primeira vez a ser inferior à média nacional. Desde então, o Estado vem contabilizando novas quedas nesse índice. Em 2020, Pernambuco apresentou uma taxa de distorção idade-série de 26%, uma redução de 43,2 pontos percentuais em relação ao ano de 2006, ainda que próxima da média nacional.

GRÁFICO 13 » TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO – PERNAMBUCO X BRASIL – SÉRIE HISTÓRICA



FONTE: MEC/Inep/DEED - Indicadores Educacionais.
Elaboração: Todos Pela Educação.







NOS CAPÍTULOS ANTERIORES, foram apresentados as principais características da Educação em Pernambuco e os excelentes resultados que o Estado vem atingindo ao longo dos últimos anos, especialmente no Ensino Médio. Neste capítulo, o principal objetivo é apontar os caminhos percorridos para atingir este patamar. Para cumprir este desafio, o capítulo está organizado em duas seções, para além desta:

> 3.1

A Seção 3.1 traz as premissas da gestão educacional de Pernambuco.

As premissas são os elementos que norteiam e embasam a construção das políticas educacionais da rede. Portanto, o foco está muito mais **no como** e quais elementos foram levados em conta para a construção das políticas do que em quais políticas foram implementadas.

> 3.2

A seção 3.2 traz as principais políticas educacionais de Pernambuco. O foco está em quais políticas foram implementadas,

a descrição das suas partes e o processo de formulação e implementação ao longo do tempo.

Foram escolhidas quatro principais políticas, sendo que três são voltadas para os alunos da rede estadual: Programa de Educação Integral (PEI), Suporte Pedagógico e Programa Ganhe o Mundo. Já o Programa Criança Alfabetizada tem como objetivo o apoio às redes municipais.

FIGURA 2 » POLÍTICAS DE DESTAQUE NA REDE DE PERNAMBUCO



Elaboração: Todos Pela Educação.

Para facilitar a análise das políticas, dividiu-se a descrição de cada uma em três blocos:

1 Contexto de criação: introduz um breve relato do diagnóstico que motivou a construção da política e sob quais condições ela foi desenhada e implementada;

2 Principais objetivos: aponta os principais desafios que a política educacional busca enfrentar;

3 Descrição do funcionamento da política: Traz alguns destaques de medidas e iniciativas que compõem a política com maior detalhamento.

Por fim, ressalta-se que este material tem como objetivo trazer um amplo panorama de como a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco estrutura suas políticas e quais são as principais ações e iniciativas. Outros materiais já publicados, que trazem maior riqueza de detalhes sobre determinadas políticas educacionais específicas de Pernambuco, são sugeridos para aprofundamento ao longo do texto.



Observando a trajetória educacional de Pernambuco, há alguns fatores que se configuram como viabilizadores do atingimento de seus resultados. Eles não são políticas públicas em si, mas embasam e orientam as ações da Secretaria de Educação, sendo essenciais para a gestão educacional conduzida no Estado. São eles:

1 Governadores comprometidos com os resultados na Educação

O envolvimento dos Governadores nas questões educacionais foi, e ainda é, um elemento crucial para o avanço dos resultados de Pernambuco. O envolvimento direto dos governadores no acompanhamento das metas e no estabelecimento da Educação como uma prioridade é essencial para que as políticas propostas tenham uma boa implementação e atinjam bons resultados. O estabelecimento do Pacto pela Educação, em 2011, é expressão desse comprometimento dos governadores, que passaram a acompanhar, de perto, os resultados da Educação pernambucana.

2 Continuidade com aprimoramento das políticas educacionais

A continuidade das políticas foi central para os bons resultados que o Estado atingiu. Um dos elementos que viabilizaram a continuidade foi a manutenção de uma equipe técnica qualificada na Secretaria, associada a um trabalho sólido de análise de resultados e correções de rota, se traduzindo em políticas cada vez mais coerentes com as necessidades da população.

3 Um olhar integral para os estudantes, em todas as suas dimensões e realidades

Na implementação da reforma educacional de Pernambuco, iniciada nas escolas de Ensino Médio Integral, coloca-se o jovem e o seus sonhos, seu projeto de vida, no centro da experiência escolar. Com isso, reformula o projeto escolar como um todo e coloca a necessidade de um olhar interdimensional para o estudante, voltado ao seu desenvolvimento integral. Essa visão se reflete também na Secretaria de Educação como o entendimento de que o jovem precisa ser apoiado e sua cidadania construída, com qualidade, desde os primeiros anos escolares até sua formação profissional. O Programa Criança Alfabetizada, nesse sentido, atua como um cuidado com o aluno pernambucano desde o início da sua trajetória escolar, entendendo que o sucesso no Ensino Médio também está atrelado às boas políticas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

4 Modelo de gestão colaborativo e orientado a resultados

Pernambuco constrói sua gestão educacional a partir de metas bem estabelecidas e indicadores claros de monitoramento, guiando a ação da Secretaria. Esse processo se torna mais claro com o estabelecimento do Pacto pela Educação, gerenciado pela Secretaria de Educação e Esportes e monitorado pela Secretaria de Planejamento. Cabe ressaltar que esse modelo de gestão orientado a resultados foi combinado também com um amplo processo de diálogo e pactuação com diversos atores da rede de ensino, visando garantir que todos estejam devidamente engajados no processo de implementação das políticas educacionais.

5 Parcerias para viabilizar projetos

As parcerias firmadas com organizações da sociedade civil e com as universidades foram muito importantes para o desenvolvimento da Educação de Pernambuco. Elas auxiliam o Estado na viabilização de projetos e no apoio técnico para resolver diversos problemas que as redes enfrentam. O mais importante é que a Secretaria Estadual tem o protagonismo da formulação e implementação das políticas junto às escolas, tendo os parceiros realmente o papel de apoiadores. Os principais exemplos são: parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) na ideação e primeira fase de implementação do Ensino Médio Integral; apoio do Instituto Sonho Grande e do Instituto Natura em sua expansão qualificada; apoio da Fundação Roberto Marinho no programa Travessia (de combate à distorção escolar) e o lançamento do Programa Criança Alfabetizada, realizado com suporte da Fundação Lemann e Instituto Natura, assim como apoio e conhecimento técnico da Associação Bem Comum.



3.2 > Políticas educacionais de Pernambuco

REDE ESTADUAL

3.2.1 > Programa de Educação Integral (PEI)

A > Contexto de Criação

Garantir qualidade na Educação Pública, especialmente no Ensino Médio, é um dos grandes desafios que os Estados brasileiros enfrentam. Buscando melhorar seus resultados nessa etapa da Educação Básica, Pernambuco decidiu investir em Educação Integral, que, no estado, representa não apenas a ampliação do tempo do jovem na escola, mas também entendendo o jovem como um cidadão autônomo, competente, solidário e produtivo, inserido num espaço escolar que tem como estratégia principal a pedagogia da presença aliada ao exercício do protagonismo juvenil¹³.

A trajetória da Educação Integral em Pernambuco, que hoje é uma política pública consolidada, começa entre 2004 e 2005, quando foram inaugurados os primeiros Centros de Ensino Experimentais (CEEs) de Educação Integral no Estado¹⁴, em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Ao total, 20 CEEs foram inaugurados até 2007. O instituto parceiro era responsável por coordenar a seleção da equipe gestora e dos professores, além de selecionar onde seriam instalados os novos centros.

Em 2008, foi institucionalizado o Programa de Educação Integral (PEI), a partir da Lei Complementar Estadual nº 125/2008¹⁵. O gerenciamento de todas as escolas experimentais

(CEE) foi incorporado pela Secretaria de Educação, por meio de uma gerência ligada diretamente ao gabinete do Secretário. O ICE abriu mão de todo o poder de decisão sobre direcionamento e concepção futura da política no Estado.

Junto com esse marco legal, houve uma mudança de perspectiva importante para a trajetória pernambucana: afirmada como prioridade dentro do Governo do Estado, o PEI representava a concepção de que “ilhas de excelência”, simbolizadas pelos CEEs, não eram suficientes para transformar a qualidade da Educação e era preciso expandir os bons resultados para todos os estudantes. Os Centros Experimentais foram rebatizados de Escolas de Referência em Ensino Médio (Erem) e a transformação de escolas regulares para expandir o modelo integral começou a ser planejada.

Ao final de 2009, a pasta da Ciência e Tecnologia, que era então responsável pelo ensino técnico no estado, foi absorvida pela Secretaria de Educação e, com uma mudança de organograma, foi criada a Secretaria Executiva de Educação Profissional, que teve como responsabilidade integrar as Políticas de Educação Integral às de Educação Profissional, implementando o modelo integral nas Escolas Técnicas Estaduais (ETEs).

¹³ > A Educação Integral de Pernambuco tem como base filosófica a Educação Interdimensional, proposta pelo pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa. Para saber mais, leia: GOMES COSTA, A. C. *O adolescente como protagonista*. Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento, Brasília, DF, v. 1, p. 75-79, 1999.

¹⁴ > O primeiro centro criado foi o Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), de acordo com o Decreto nº 25.596, de 1 de junho de 2003, com o objetivo de promover uma mudança significativa nos conteúdos, métodos e gestão na etapa do Ensino Médio. Logo em seguida, em 2005, o CEEGP subsidiou a criação de outros centros experimentais, como o Centro de Ensino Experimental de Bezerros (Decreto nº 28.069/2005).

¹⁵ > Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=2&numero=125&complemento=0&ano=2008&tipo=&url=>

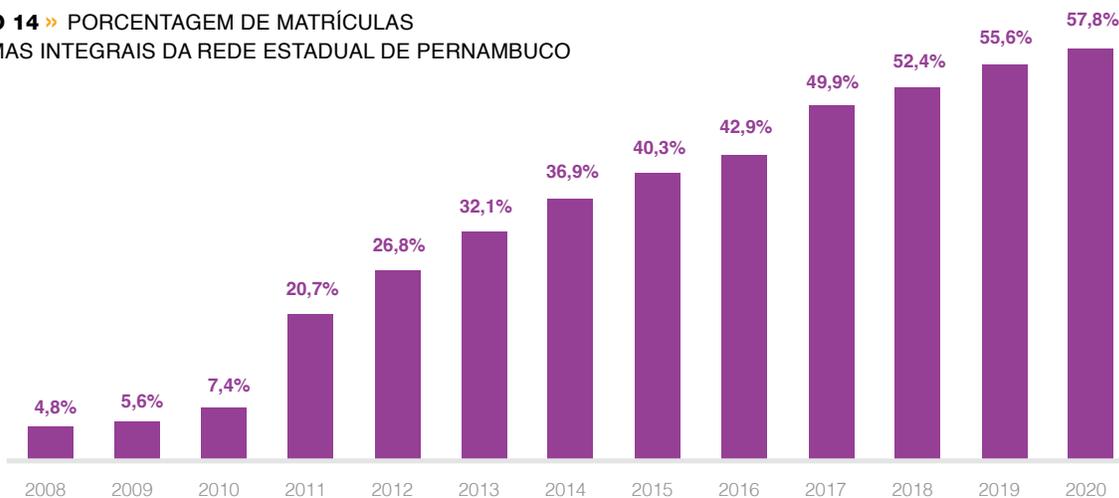
Com um cenário econômico nacional favorável desde 2007, o Estado de Pernambuco vivia um período de prosperidade econômica e, juntamente com o auxílio do programa federal Brasil Profissionalizado¹⁶, a Educação Integral conseguiu os recursos necessários para a sua expansão.

Apesar do período de maior restrição orçamentária que o Estado vivia principalmente a partir de 2014, o programa das Escolas Integrais já consolidava seu 8º ano de funcionamento, com os primeiros jovens egressos desse novo modelo de escola já representando o sucesso da política. Em termos

de comunicação com a sociedade e priorização dos recursos para esta política, esses resultados foram importantes para que as escolas de tempo integral continuassem a ser expandidas no Estado todo.

Desde 2008, as matrículas em tempo integral cresceram substancialmente no estado, chegando a 57,8%, em 2020, conforme aponta o gráfico 14. Com um crescimento mais vertiginoso desde 2011, atualmente todos os municípios pernambucanos contam com pelo menos uma escola de tempo integral para o Ensino Médio.

GRÁFICO 14 » PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS EM TURMAS INTEGRAIS DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO



FONTE: Censo Escolar 2020¹⁷. Elaboração: Todos Pela Educação.

Em 2022, a Secretaria de Educação anunciou que universalizará as matrículas em tempo integral para a etapa do Ensino Médio. O conceito de universalização aqui é semelhante ao utilizado para a saúde pública: não significa que todos os alunos matriculados no Ensino Médio estão em escolas integrais, mas, sim,

que todos aqueles que o desejam conseguem uma vaga. De acordo com a Secretaria, 75% das matrículas no 1º ano do Ensino Médio, em 2022, serão em escolas integrais¹⁸. Pernambuco oferta diversos formatos de Escolas Integrais, sendo que o quadro 2 mostra o número de escolas em 2021 e 2022 em cada uma delas.

16 > Criado em 2007, por meio do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro, o Programa Brasil Profissionalizado presta assistência financeira às ações de expansão e fortalecimento das redes estaduais ofertantes do Ensino Médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica, mediante seleção e aprovação de propostas. Para saber mais, acesse: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-profissionalizado>

17 > Para as estimativas, foram consideradas apenas as escolas das redes estaduais. Não estão incluídas as escolas exclusivamente de Educação para Jovens e Adultos, de Educação Especial e Ensino Médio Normal/ Magistério. Para as Escolas Integrais, foram considerados os mesmos critérios de seleção, mas com o requisito adicional de a unidade manter ao menos uma turma do Ensino Médio com duração superior a 420 minutos diários (sem considerar Atividade Complementar), de acordo com o Censo Escolar (Inep).

18 > Fonte: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/educacao/noticia/2021/11/24/pernambuco-amplia-oferta-do-ensino-integral-e-anuncia-novas-escolas-tecnicas-para-2022.ghtml>

TABELA 2 » NÚMERO DE ESCOLAS INTEGRAIS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

| NÚMERO DE ESCOLAS – REDE ESTADUAL | 2021 | 2022 |
|--|------|------|
| Número de escolas integrais com Educação Profissional | 48 | 56 |
| Número de escolas com turno de 7 horas para o Ensino Médio | 185 | 172 |
| Número de escolas com turno de 9 horas para o Ensino Médio | 229 | 304 |

FONTE: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.

B > Principais objetivos

- Expandir, de maneira equitativa, as Escolas de Educação Integral no Estado de Pernambuco, colocando no centro da experiência escolar o protagonismo do aluno e de seu projeto de vida;
- Integrar o Ensino Médio à Educação Profissional de qualidade como direito à cidadania, componente essencial de trabalho digno e do desenvolvimento sustentável;
- Promover uma Educação Integral que contemple o desenvolvimento cognitivo e socioemocional do estudante.

C > Descrição do funcionamento da política

A figura 3 resume alguns dos principais elementos das Escolas de Tempo Integral.

FIGURA 3 » VISÃO SISTÊMICA DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL DE PERNAMBUCO



Elaboração: Todos Pela Educação.

1. Modelo Pedagógico

As escolas de tempo integral não significam apenas tempo adicional dos alunos nas escolas, mas representam uma mudança profunda de modelo pedagógico, que passa a ter um olhar integral para os estudantes, centrado no protagonismo juvenil e no projeto de vida dos alunos.

PEDAGOGIA DA PRESENÇA

Um dos aspectos fundamentais é o princípio da pedagogia da presença, conceito criado pelo educador Antônio Carlos Gomes da Costa, que significa um compartilhamento maior de vivências, experiências e exemplos, entre educador e educando. No dia a dia das escolas integrais, isso se coloca com o professor tendo dedicação exclusiva e passando mais tempo na escola e em contato com os alunos.

PROTAGONISMO DO ALUNO E PROJETO DE VIDA

Os alunos são vistos como cidadãos autônomos, dotados de liberdades e compromissos, sendo capazes de promover ações de intervenção no espaço escolar e em suas comunidades. É papel da equipe escolar promover esse protagonismo, fornecendo espaços e oportunidades para o envolvimento dos alunos na dinâmica escolar, na resolução de problemas e na construção de seus projetos de vida.

De maneira mais estruturada, os clubes juvenis são o reflexo direto desse incentivo ao protagonismo: os alunos de diferentes turmas e anos são chamados a participarem de clubes para discutir os assuntos que lhes sejam pertinentes e promover ações com a escola e a comunidade. Podem ser formados dos mais variados temas, desde grêmios estudantis até clubes de leitura, de esportes, de engajamento social.

As escolas de tempo integral não significam apenas tempo adicional dos alunos nas escolas, mas representam uma mudança profunda de modelo pedagógico, que passa a ter um olhar integral para os estudantes, centrado no protagonismo juvenil e no projeto de vida dos alunos.

O projeto de vida é um componente curricular obrigatório, que também atua como um princípio norteador junto com o protagonismo. Entende-se o espaço escolar como um lugar para formar jovens capazes de refletir sobre seus desejos e ambições em relação ao futuro e transformá-los em realidade, tendo a Educação como meio para isso. Aqui, o jovem é levado a refletir sobre seus sonhos, seu lugar no mundo e sobre como planejar suas ações para atingir o que deseja para a sua vida.

ACOLHIMENTO DOS ESTUDANTES E DAS FAMÍLIAS

Uma das principais características das escolas integrais são as rotinas de acolhimento dos jovens e de suas famílias. Ao início do ano letivo, alunos mais velhos organizam, junto à equipe escolar, atividades de boas-vindas àqueles que estão iniciando na escola e às suas famílias. As atividades são variadas e envolvem desde a apresentação da escola até pensar sonhos e projetos de vida.

Ao longo do ano letivo, toda a equipe escolar, em especial a equipe gestora e a de professores, são responsáveis por acolher o aluno diariamente na entrada da escola, buscando estreitar vínculos e apoiar os estudantes.

COMPONENTES CURRICULARES EXTRAS

O modelo de tempo integral conta com componentes curriculares extras àqueles previstos pela BNCC. Além do já mencionado projeto de vida, há as eletivas, o estudo dirigido e as práticas experimentais.

As eletivas são matérias oferecidas semestralmente, ofertadas de acordo com os interesses dos alunos e as possibilidades dos professores, alinhadas com as necessidades de aprendizagem e o projeto pedagógico da escola. Os estudantes podem selecioná-las de acordo com as suas preferências.

O componente curricular de Estudo Dirigido consiste em aulas semanais que buscam desenvolver a autonomia, o autodidatismo, o planejamento e a organização dos alunos com seus estudos e vida escolar.

As práticas experimentais são aulas dedicadas à aplicação dos conteúdos aprendidos, com foco na investigação científica. Feitas preferencialmente em laboratórios (Química, Física, Biologia e Matemática), as aulas buscam contextualizar as aprendizagens e incentivar o pensamento científico.

Além disso, cabe ressaltar que, nas Escolas Integrais, os alunos têm uma carga horária maior de aulas de Língua Portuguesa e Matemática, em comparação com as escolas de tempo parcial.

2. Modelo de Gestão Escolar

Dentro da proposta da Educação Integral, as mudanças não se limitam ao modelo pedagógico, mas são refletidas em toda a escola, inclusive na gestão escolar. Pautada por seu aspecto democrático, a gestão de uma escola integral tem suas atribuições baseadas nos princípios da pedagogia da presença, liderança servidora e delegação planejada. Em termos práticos, isso se traduz em:

- Gestor envolvido no acompanhamento pedagógico da escola;
- Elaboração, execução e monitoramento de um Plano de Ação, com metas e estratégias a serem utilizadas durante o ano letivo;
- Uma equipe de trabalho descentralizada, com um gestor, um assistente de gestão e um coordenador escolar – um geral, se for uma Erem, ou um coordenador para cada área, se for uma ETE;
- Representação estudantil dentro da gestão escolar, por meio da atuação de clubes, grêmios, representantes de turma e conversas com a gestão;
- Formação específica para equipe gestora das escolas integrais, nos princípios da Educação Interdimensional e planejamento estratégico.

Dentro da proposta da Educação Integral, as mudanças não se limitam ao modelo pedagógico, mas são refletidas em toda a escola, inclusive na gestão escolar.



QUADRO 1 » PARA SABER MAIS

Seleção de gestores e professores nas escolas de tempo integral

GESTORES ESCOLARES

Até 2019, a Secretaria de Educação contava com o Processo de Certificação em Gestão Escolar, no âmbito do Programa de Formação de Gestor Escolar (PROGEPE), que consistia em um curso formativo e uma avaliação de conhecimentos em gestão escolar¹⁹. A Secretaria Executiva de Ensino Integral e Educação Profissional utilizava esse processo como credenciamento para selecionar gestores. Com o programa em pausa, passou a fazer entrevistas com os candidatos. Para escolas que são transformadas – de regulares em escolas de tempo integral – os gestores atuais passam por um processo seletivo com entrevistas para referendar sua continuação no cargo.

PROFESSORES

No início da política, eram feitas entrevistas para mapeamento de perfil com todos os candidatos, nas Regionais de Ensino. Junto com a entrevista, o currículo gerava uma pontuação. Com o aumento no volume de inscrições e escolas de tempo integral, o processo precisou ser parcialmente automatizado e, agora, funciona pelo SIEPE (Sistema de Informações da Educação de Pernambuco, detalhado mais adiante). No início do ano letivo, os professores fazem a sua inscrição e já passam por uma avaliação virtual sobre os princípios da Educação Interdimensional, além de inserir as informações sobre seu currículo. A partir daí é gerada uma pontuação e os professores são selecionados. Seleções feitas fora do prazo são feitas com entrevistas pontuais pelas Regionais de Ensino.

- **Carga horária:** os professores têm duas cargas horárias possíveis: 40 horas (dedicação exclusiva) e 32 horas (jornada parcial), a depender da carga horária.
- **Remuneração:** recebem remuneração adicional a seu salário-base. Em 2022, o Piso Salarial para uma jornada de 40 horas semanais será de R\$ 3.900,00. Para os professores com 40 horas semanais, o valor adicional é de R\$ 2.032,00, e para os professores com jornada parcial de 32 horas semanais, o valor adicional é de R\$ 1.623,00.

19 > Para saber mais, veja o edital de 2019, disponível em: [http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17593/Edital_PROGEPE%202019%20-%20Atual%20\(1\)_OK.pdf](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17593/Edital_PROGEPE%202019%20-%20Atual%20(1)_OK.pdf)

3. Formatos de oferta de Ensino Integral

Originalmente, todas as escolas de tempo integral tinham um turno de 9 horas, exclusivamente dedicadas aos componentes curriculares regulares e aos componentes curriculares específicos, baseados na Educação Interdimensional. Com a expansão da política, dois outros formatos de Educação Integral surgiram em Pernambuco: a Educação Integral Profissional, nas Escolas Técnicas Estaduais (ETEs), que integra o ensino

técnico profissional com a Educação Integral, e as escolas de educação integral com turno de 7 horas.

Há uma grande diversidade de cursos ofertados nas ETEs, que são conforme as demandas produtivas de cada região, em acordo com outras Secretarias, como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e a Secretaria de Trabalho, Emprego e Qualificação.

TABELA 3 » OS 3 DIFERENTES FORMATOS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL OFERTADOS EM PERNAMBUCO

| FORMATO | DESCRIÇÃO | TURNOS ESCOLAR | FORMA DE INGRESSO | NÚMERO DE ESCOLAS (2022) ²⁰ |
|---|---|--------------------------|---|--|
| Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) | O Ensino Profissional se junta com a Educação Integral com a união da pasta de Ciência e Tecnologia a partir de 2010. As escolas oferecem a Educação Integral, com os mesmos princípios das escolas de Referência em Ensino Médio, mas dividindo o currículo com matérias específicas da Educação Profissional. | 9h diárias, 45h semanais | O processo seletivo consiste em uma prova objetiva, com 20 questões de múltipla escolha, divididas entre os componentes de Língua Portuguesa e Matemática ²¹ . | 56 |
| | À noite, as escolas oferecem Educação Profissional nas formas subsequentes (para aqueles que já concluíram o Ensino Médio) e também funcionam como Polo de Educação a Distância (EaD) | | Seguindo a Lei Estadual nº 16.938/2020 ²² , 80% das vagas ofertadas devem ser ocupadas prioritariamente por estudantes que cursaram o Ensino Fundamental em Escolas Públicas. Destas vagas para cotistas, 50% deverão ser ocupadas prioritariamente por estudantes oriundos de famílias com renda bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. | |
| Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) | São escolas de turno único, de 45 horas semanais, que oferecem o Ensino Integral em sua forma mais completa. | 9h diárias, 45h semanais | | 304 |
| | Fruto de uma demanda social dos estudantes para conseguirem conciliar escola com trabalho e obter melhor aproveitamento da infraestrutura escolar, as escolas de turno de 7 horas funcionam com dois turnos e têm carga semanal de 35 horas. | 7h diárias, 35h semanais | Para se matricular nas Erem, o aluno não passa por um processo seletivo, basta a sua inscrição no site de matrículas da rede estadual ²³ . | 172 |

²⁰ > Dados referentes a 2022, disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação e Esportes de Pernambuco.

²¹ > Acesse o edital de 2021 em: <http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/upload/galeria/22920/SEIP%20-%20ETE%20INTEGRADO%202021%20-%20Edital%20de%20Sele%C3%A7%C3%A3o.pdf>

²² > Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/dadosReferenciais.aspx?id=50903>

²³ > Acesse o site em: <https://www.matricularapida.pe.gov.br>

4. Infraestrutura escolar

Com mais tempo de aula e diferentes atividades previstas no currículo, as escolas de tempo integral precisam ter uma infraestrutura mínima diferente das escolas regulares. Segundo as diretrizes do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, as escolas precisam ter, pelo menos, quatro dos seis itens de infraestrutura exigidos:

- Biblioteca ou Sala de Leitura;
- Salas de aula;
- Quadra poliesportiva;
- Vestiário masculino e feminino;
- Cozinha;
- Refeitório.

Em termos de merenda escolar, a escola deverá ofertar dois lanches e um almoço, diferentemente das escolas regulares, obrigadas a ofertar apenas um lanche.

5. Suporte pedagógico

As escolas de tempo integral contam com a distribuição de material didático de apoio específico, como cadernos de projeto de vida, distribuídos a alunos, professores e famílias. Além disso, é veiculado material orientador para professores e equipe gestora, sobre os princípios da Educação Interdimensional e dos componentes curriculares específicos.

Além das formações regulares, ofertadas para toda a rede, os professores das escolas de tempo integral também recebem formação continuada específica sobre Educação Integral e compartilham boas práticas dentro da plataforma EducaPE (descrita na seção “Suporte Pedagógico”).

3.2.2 > Suporte Pedagógico

A > Contexto de Criação

Um dos fatores importantes para qualquer rede de ensino são os mecanismos de suporte pedagógico oferecidos para as escolas. São eles que auxiliam os professores a entrarem em sala de aula mais preparados.

Em Pernambuco, o marco inicial das políticas hoje em funcionamento pode ser pontuado em 2008, quando a avaliação estadual Sistema de Avaliação

da Educação Básica de Pernambuco (SAEPE) começou a ser aplicada com frequência anual. O debate sobre o currículo do estado foi iniciado em 2011 e, em 2012, foram publicados os Parâmetros Curriculares de Pernambuco (PCPE). Desde então, a Secretaria de Educação vem empreendendo um esforço contínuo para aprimorar e articular as diversas políticas de suporte pedagógico da rede de forma coerente.

A Secretaria de Educação vem empreendendo um esforço contínuo para aprimorar e articular as diversas políticas de suporte pedagógico da rede de forma coerente.

B > Principais objetivos

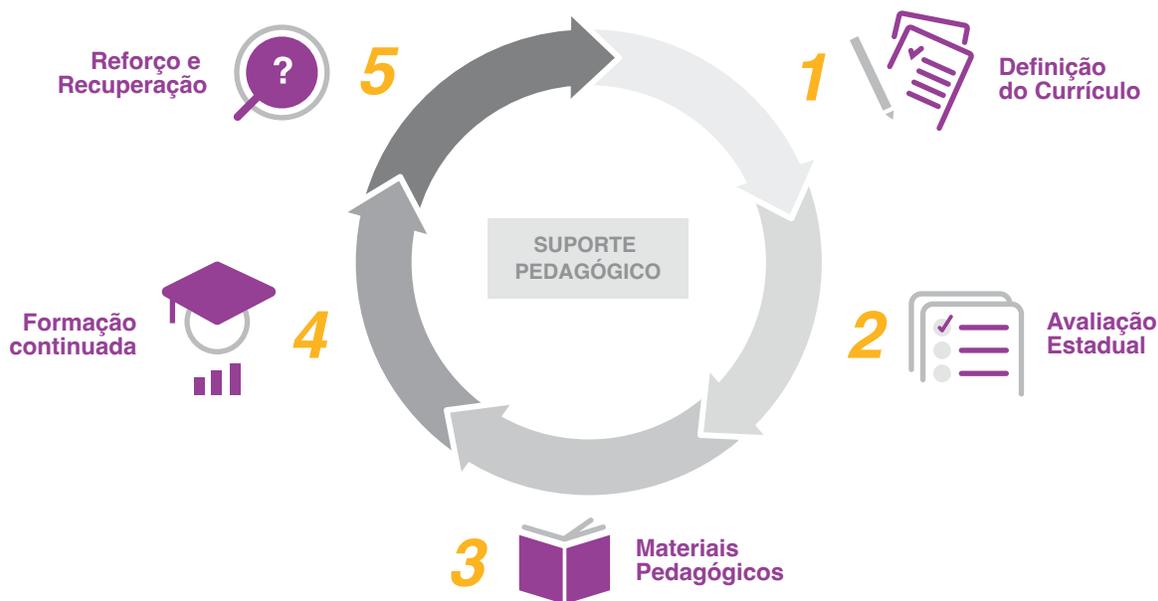
- Fornecer elementos e subsídios articulados e de qualidade preparando professores para ensinar de forma efetiva e garantir a aprendizagem.

C > Descrição do funcionamento da política

A figura 4 resume a interação entre os elementos do suporte pedagógico na rede estadual de Pernambuco. Em seguida, será explorado de forma mais detalhada cada um dos elementos.

A estruturação de um suporte pedagógico efetivo e com coerência e articulação entre os cinco principais elementos é uma das chaves para compreender o sucesso de Pernambuco.

FIGURA 4 » VISÃO SISTÊMICA DO SUPORTE PEDAGÓGICO



Elaboração: Todos Pela Educação.

1. Definição do currículo

A Secretaria de Educação já disponibiliza para a rede estadual instrumentos orientadores curriculares desde 2008. A Base Curricular Comum para as redes públicas de ensino de Pernambuco (BCC) e as Orientações Teórico- Metodológicas para o Ensino Fundamental (OTM) preconizam a construção dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco, publicados em 2012.

Os Parâmetros Curriculares foram elaborados a partir de uma parceria entre o Estado e a Undime/PE (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco), com um amplo processo de escuta com mais de 5.000 professores de universidades públicas, redes municipais e rede estadual. Nesse processo, foram também elaborados outros documentos curriculares: os Parâmetros Curriculares na Sala de Aula (2013), os Parâmetros de Formação Docente (2014) e os Padrões de Desempenho Estudantil (2014)²⁴.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, o currículo pernambucano passou por um processo de reavaliação e readequação, a partir de um novo debate público com os profissionais da Educação das redes públicas e privadas. Para isso, foi instituída a Comissão Estadual de Construção Curricular (Portaria n° 858, de 2 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado), formada por representantes da Secretaria de Educação, Undime/PE, Conselho Estadual de Educação (CEEPE) e União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

- O currículo foi publicado, em 2019, e tem seis volumes: um para a Educação Infantil e cinco para o Ensino Fundamental (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Religioso);
- Os documentos curriculares cobrem, além das habilidades previstas para cada ano, orientações para o processo de ensino e aprendizagem e práticas pedagógicas em sala de aula²⁵;

- O currículo foi construído em regime de colaboração com os Municípios, sendo que 172 dos 184 Municípios (93,5% do total) aderiram totalmente ao referencial curricular estadual²⁶.

ENSINO MÉDIO

- O currículo do Ensino Médio, já alinhado às orientações do Novo Ensino Médio, estabelecidas pela Lei n° 13.415/2017, foi publicado em 2021²⁷;
- Os itinerários formativos de Pernambuco se organizam em três unidades curriculares: Projeto de Vida, Eletivas e Trilhas de Aprofundamento (separadas por temáticas);
- No primeiro ano, os estudantes cursam Eletivas, Projeto de Vida e duas Trilhas básicas de Aprofundamento: Investigação Científica e Tecnologia e Inovação. É a partir do segundo ano que os estudantes escolhem as unidades curriculares aprofundadas²⁸.

2. Avaliação Estadual

Com o objetivo de monitorar o desempenho dos estudantes ao longo do tempo, Pernambuco criou o SAEPE (Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco). Aplicada anualmente para os 2° e 5° anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o 9° Ano dos Anos Finais e o 3° Ano do Ensino Médio, a avaliação classifica a aprendizagem dos alunos em Língua Portuguesa e em Matemática em quatro padrões de desempenho (“Elementar I”, “Elementar II”, “Básico” e “Desejável”)²⁹.

Em conjunto com as taxas de aprovação verificadas pelo Censo Escolar, o SAEPE compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE). Índice similar ao Ideb, o IDEPE é calculado anualmente e serve para monitoramento dos resultados educacionais e como parâmetro para a distribuição do Bônus de Desempenho Educacional (BDE)³⁰.

24 > Fonte: Currículo de Pernambuco - Ensino Fundamental. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf>

25 > Para consultar os documentos curriculares, acesse: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=18&art=4419>

26 > Fonte: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-curriculos-de-ei-ef-estado/?uf=PE>.

27 > O currículo do Ensino Médio está disponível em: https://sinepe-pe.org.br/wp-content/uploads/2021/06/curriculo_ensino_medio_pe.pdf

28 > Para consultar os documentos curriculares e as trilhas formativas, visite: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=18&art=5428>

29 > Para saber mais, visite: <https://avaliacaoemmonitoramentopernambuco.caeddigital.net/#!/programa>

30 > Instituído pela Lei n° 13.486, de 1° de julho de 2008, o Bônus de Desempenho Educacional é uma premiação financeira aos servidores das escolas da rede estadual pelo atingimento das metas pactuadas no Termo de Compromisso assinado com a Secretaria de Educação. Para saber mais, visite: <https://www.siepe.educacao.pe.gov.br/pagina/bde>



QUADRO 2 » PARA SABER MAIS

Para saber mais - Bônus de Desempenho Educacional (BDE)³¹

- O BDE foi instituído no âmbito do Programa de Modernização de Gestão. Assim, cada escola tem uma meta a ser atingida, isto é, uma determinada nota no IDEPE que deve ser alcançada;
- Essa meta é definida pela Secretaria anualmente, levando em conta o contexto da escola
- e os resultados obtidos nos anos anteriores;
- Caso a escola atinja a meta proposta, os profissionais da Educação da unidade recebem 100% do bônus. Se ela atingir 50% da meta proposta, o valor recebido é a metade do bônus. Nas escolas que atingem entre 50% e 100% da meta proposta, os profissionais recebem um valor proporcional. Já aquelas que atingem menos de 50% da meta, nenhum valor adicional é repassado para os profissionais que atuam na unidade.

3. Materiais Pedagógicos

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO (SIEPE)

O Sistema de Informação da Educação de Pernambuco é um portal *online* que centraliza todas as informações da rede de ensino. Alunos, família e professores contam com *login* e senha para acessar boletins escolares, comunicados, calendário escolar, conteúdos *online* e informações sobre as escolas, ações do governo do Estado e referenciais curriculares.

Os professores ainda utilizam a plataforma para registrar Diários de Classe, frequência de alunos e disponibilizar materiais didáticos para suas turmas. Além disso, têm acesso a um banco com diversos planos de aula, e indicação de materiais para seu aperfeiçoamento profissional³².

CONCURSO PROFESSOR AUTOR

Visando contribuir pedagogicamente com o planejamento de aulas e atividades para os Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o Concurso Professor Autor é promovido pela Secretaria de Educação com o objetivo de incentivar os professores da rede estadual a produzirem materiais de apoio multimídia, alinhados aos parâmetros curriculares de Pernambuco³³.

Regras de participação e premiação:

- Podem participar professores efetivos e temporários, de todos os componentes curriculares;
- Os materiais devem ter formato de videoaulas ou slides, acompanhados por um resumo descritivo;
- Os materiais selecionados são disponibilizados em plataforma *online*, para o acesso de professores e alunos;
- O primeiro colocado de cada tópico dos componentes curriculares ganha uma premiação financeira no valor de R\$ 1.000,00.

4. Formação Continuada

Criado no contexto de enfrentamento dos desafios causados pela pandemia da COVID-19, a Secretaria de Educação de Pernambuco lançou o Portal Educa-PE³⁴, uma iniciativa digital que oferece conteúdos pedagógicos aos estudantes e conteúdos formativos aos professores de maneira remota.

Dentro do portal, o professor tem acesso a cursos *online* sobre comunicação e expressão, conhecimentos pedagógicos e tecnologias educacionais e inovação. Além disso, são disponibilizados materiais complementares como links para Olimpíadas de conhecimento e eventos científicos, plataformas de aprendizagem, ferramentas pedagógicas disponíveis e materiais culturais (como indicações de filmes, livros e podcasts).

³¹ > A legislação específica do BDE está disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pe/lei-ordinaria-n-13486-2008-pernambuco-define-a-progressao-na-carreira-dos-servidores-ocupantes-dos-cargos-publicos-indicados-e-altera-a-legislacao-que-indica>.

³² > Acesse o site e conheça mais sobre o SIEPE: <<https://www.siepe.educacao.pe.gov.br>>

³³ > O concurso está em sua 4ª edição. Para saber mais detalhes, acesse o edital de 2021: <https://www1.educacao.pe.gov.br/cpa/Download/Edital.pdf>

³⁴ > Acesse os materiais de formação disponíveis no Portal Educa-PE em: <https://educape.educacao.pe.gov.br/professor/>

5. Reforço e Recuperação

PROGRAMA TRAVESSIA

Em 2006, Pernambuco apresentava alta distorção idade-série no Ensino Médio, chegando a 69,2%. Para enfrentar esse desafio, a Secretaria de Educação implementou, em 2007, o Programa Travessia, um projeto de aceleração de aprendizagem para promover a correção de fluxo na rede. Em 2016, a taxa passou, pela primeira vez, a ser inferior à média nacional e, em 2020, o Estado apresentou uma taxa de distorção idade-série de 26%, chegando a uma redução de 43,2 pontos percentuais em relação ao ano de 2006.

O programa foi implementado por meio da Instrução Normativa nº 7/2008 e gerido em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Por meio deste, são atendidos, desde 2007, alunos do Ensino Médio e, desde 2010, alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental. O público-alvo prioritário do projeto são os alunos com distorção idade-série de dois ou mais anos, ou que tenham completado 15 anos durante o Ensino Fundamental ou 18 anos em meio ao Ensino Médio. Os alunos matriculados no Travessia deixam de assistir às aulas regulares e ingressam em turmas específicas de aceleração.

A metodologia utilizada são as teleclasses, com a presença de dois tutores por turma – um da área de Ciências Exatas e outro de Ciências Humanas. O currículo é dividido em quatro módulos, que abarcam todos os componentes curriculares, e perpassam uma carga horária de 1.600 horas letivas. Os participantes do Travessia são divididos em turmas de até 35 alunos, cuja logística fica por conta dos próprios gestores escolares.

PROGRAMA BOLSA MONITORIA PE

Criado em 2021, o Programa Bolsa Monitoria PE tem como objetivo a redução da evasão escolar e a diminuição das lacunas de aprendizagens na retomada das aulas presenciais³⁵. Um dos componentes do programa é a Monitoria da aprendizagem. As principais características da iniciativa são detalhadas abaixo:

- Tem como principal objetivo potencializar a aprendizagem dos estudantes com dificuldades, a partir de ações promovidas por alunos monitores;
- Participam dessa ação as turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental e do 3º Ano do Ensino Médio, com dois monitores para cada turma (um para Língua Portuguesa e um para Matemática);
- Os alunos são selecionados pela escola e recebem uma bolsa de R\$ 200,00 por três meses, paga pelo Governo do Estado;
- As atividades consistem em elaborar o planejamento de atividades semanais, participar de reuniões com a equipe pedagógica e acompanhar de um a três estudantes de forma remota ou presencial.

Em 2006, Pernambuco apresentava alta distorção idade-série no Ensino Médio, chegando a 69,2%. Para enfrentar esse desafio, a Secretaria de Educação implementou, em 2007, o Programa Travessia, um projeto de aceleração de aprendizagem para promover a correção de fluxo na rede

35 > Para ler o regulamento do programa, acesse: <https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#/checar-autenticidade?codigo=PSKDISGKC8-R0Z60NJSDO-P2TH9ZW2VI>

3.2.3 > Programa Ganhe o Mundo

A > Contexto de Criação³⁶

O Programa Ganhe o Mundo (PGM) é uma política de internacionalização do jovem pernambucano que combina cursos de línguas e oferecimento de bolsas para estudo do idioma em países de língua inglesa, espanhola e alemã para jovens que cursam o Ensino Médio da rede pública estadual.

Criado em 2011, pela Lei nº 14.512³⁷, o programa surge da necessidade dupla de ter mão de obra qualificada em uma segunda língua e de tornar a escola um lugar cada vez mais atrativo para o jovem que cursa o Ensino Médio. Na época, Pernambuco passava por um período econômico promissor, com o Porto de Suape iniciando obras para atender a refinaria de Abreu e Lima, que seria instalada em 2014, e algumas empresas internacionais estavam em negociação para se instalarem no estado.

Os cursos de línguas começaram já em 2011, e os primeiros embarques ocorreram no primeiro semestre de 2012, para os Estados Unidos e Canadá. Desde então, alunos da rede pública embarcam semestralmente para diversos países como Nova Zelândia, Alemanha, Austrália, Estados Unidos, Canadá, Espanha, Chile, Colômbia e Argentina.

Ao longo dos anos, outras modalidades do programa foram surgindo, como o PGM Esportivo, PGM Musical e PGM Técnico, bem como uma parceria com o Massachusetts Institute of Technology (MIT) para incentivar a participação de mulheres no estudo da tecnologia.

B > Principais objetivos

- Ofertar aos alunos do Ensino Médio da rede pública estadual de ensino do Estado de Pernambuco, de forma gratuita, programas

O programa visa expandir o repertório cultural e idiomático dos jovens pernambucanos, dando, para os alunos de escola pública, uma experiência que poucos jovens brasileiros conseguem ter acesso. Além disso, consegue ser um incentivo para o aluno ter um bom desempenho escolar, já que precisa de boas notas e um bom desempenho nas provas do processo seletivo.

O programa visa expandir o repertório cultural e idiomático dos jovens pernambucanos, dando, para os alunos da escola pública, uma experiência a que poucos jovens brasileiros conseguem ter acesso. Além disso, consegue ser um incentivo para o aluno ter um bom desempenho escolar, já que precisa de boas notas e um bom desempenho nas provas do processo seletivo.

Cada uma das modalidades e mais detalhes sobre o programa serão explorados nas seções seguintes. O programa foi pausado após o embarque dos alunos no primeiro semestre de 2020, por conta da pandemia da Covid-19, ainda sem previsão de volta.

de intercâmbio internacional, supervisionados e custeados pelo Poder Público e cursos de línguas estrangeiras.

³⁶ > A seção foi escrita com base em documentos oficiais referenciados ao longo do texto e na entrevista com a Superintendente do programa, Renata Serpa Vieira, disponível em: <https://idefufpb.com/2019/08/30/programa-ganhe-o-mundo-e-as-escolas-publicas-do-estado-de-pernambuco/>

³⁷ > Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=4108&tipo=TEXTOATUALIZADO>

C > Descrição do funcionamento da política

O programa tem duas principais ações: os cursos de línguas estrangeiras, oferecidos aos alunos da rede pública estadual de ensino, como atividade extracurricular, e o programa de intercâmbio internacional, completamente custeado pelo Governo do Estado. A seguir, ambas as ações serão detalhadas.

Curso de línguas estrangeiras

Os cursos são ofertados nas próprias escolas estaduais, no contraturno, e compreendem as línguas inglesa, espanhola e alemã. A carga horária anual é de 350 horas, sendo 300 horas em aulas presenciais e 50 horas em exercícios *online*. Os alunos passam por um processo de seleção e os aprovados recebem o material didático do curso, bem como acesso à plataforma para fazer os exercícios requeridos. Ao final do ano, os participantes recebem um certificado de conclusão.

PROCESSO SELETIVO³⁸

- O processo seletivo é anual, aberto para estudantes que estão cursando o primeiro ano do Ensino Médio – integral, regular ou técnico;
- As inscrições são gratuitas e feitas pela internet;
- No momento da inscrição, os candidatos selecionam o idioma e a escola que desejam cursar, de acordo com a disponibilidade. Se a escola que o estudante frequenta não ofertar turmas na língua desejada, há a opção de se inscrever em outra escola próxima ofertante;
- A seleção é feita a partir do desempenho acadêmico escolar dos candidatos em Língua Portuguesa e em Matemática nos últimos dois bimestres. Para se candidatar é necessário ter alcançado a média mínima de 7,0 pontos.

Intercâmbio Internacional

O programa de intercâmbio custeia a experiência internacional dos estudantes selecionados durante um semestre em escolas de nível médio nos países

conveniados. Desde o embarque da primeira turma selecionada, em 2012, o programa já passou por alguns desdobramentos e, em seu último edital publicado³⁹, em 2019, disponibilizou 1.000 vagas, distribuídas entre Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália, Argentina, Chile, Espanha, Colômbia e Alemanha.

Em 2015, o programa ganhou uma expansão: o Programa Ganhe o Mundo Esportivo, onde os jovens classificados trabalham suas habilidades esportivas em grandes centros de treinamentos, além de participar de aulas de aperfeiçoamento da língua estrangeira. O programa tem duração de oito semanas e, para se candidatar, é necessário ser estudante contemplado no Programa Bolsa Atleta Estadual ou ter obtido, na fase estadual, o título de campeão, em sua respectiva modalidade individual, nos Jogos Escolares de Pernambuco. Em seu último edital, de 2019, foram ofertadas 25 vagas⁴⁰.

Já, em 2016, surge o Programa Ganhe o Mundo Musical, onde o foco é o treinamento prático no instrumento musical ou canto, além de ter a experiência numa escola de nível médio. A duração do programa é de um semestre letivo e, em seu último edital, de 2019⁴¹, foram ofertadas 20 vagas ao total, divididas entre Canadá e Espanha. Para se inscrever, o aluno precisa estar matriculado no 1º ano do Ensino Médio e enviar, junto com o formulário de inscrição, uma gravação de sua performance (instrumental ou de canto).

Em 2019, começou o Programa Ganhe o Mundo Técnico, voltado para os alunos matriculados nas ETES. Durante sua experiência no exterior, além de cursar disciplinas regulares do Ensino Médio, cursam matérias do componente técnico similares aos cursos de Educação Profissional que frequentam. O único país de destino possível é o Reino Unido e as áreas contempladas são: administração, desenvolvimento de sistemas, edificações, jogos digitais e suporte de manutenção de rede. Após o período de intercâmbio, os estudantes contam com orientação à distância dos professores ingleses para desenvolverem um trabalho de conclusão de curso.

³⁸ > Para mais detalhes, acesse o edital de 2019, disponível em: <https://www1.educacao.pe.gov.br/pgmc/>

³⁹ > Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17348/01%20EDITAL.pdf>

⁴⁰ > Para saber mais, acesse: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=&cat=37&art=4562>

⁴¹ > Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17394/EDITAL%20DO%20PGM%20MUSICAL%202019%20CPM.pdf>

PROCESSO SELETIVO

- É feito semestralmente;
 - Com foco na equidade, as vagas disponíveis são distribuídas de forma a contemplar, pelo menos, um candidato por idioma por escola. O resto das vagas são distribuídas por idioma, proporcionalmente ao número de estudantes/participantes do curso de línguas por Gerência Regional de Ensino;
 - Para se candidatar, é necessário estar cursando o segundo ano do Ensino Médio – integral, regular ou técnico – e estar matriculado em um dos cursos de idiomas do PGM;
- Além disso, é necessário um bom desempenho acadêmico escolar em Língua Portuguesa e em Matemática no ano letivo anterior, com média mínima de 7,0 pontos. E uma frequência escolar e frequência no curso de idiomas acima de 80%;
 - O processo seletivo é composto por quatro etapas:
 - Verificação automática dos pré-requisitos;
 - Avaliações de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Estrangeira (selecionada pelo candidato), com 20 questões de múltipla escolha cada;
 - Classificação dos candidatos segundo pontuação ponderada das provas;
 - Verificação da frequência escolar e frequência no curso de idiomas.

APOIO ÀS REDES MUNICIPAIS

3.2.4 > Criança Alfabetizada

A > Contexto de Criação

O Programa Criança Alfabetizada foi criado em 2019 pelo Governo do Estado em Regime de Colaboração com os municípios, com apoio da aliança entre a Fundação Lemann, o Instituto Natura e a Associação Bem Comum⁴². O projeto combina ações de apoio técnico da Secretaria Estadual de Educação às redes municipais com incentivos ao avanço da qualidade da oferta educacional na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2019, Pernambuco apresentava resultados poucos satisfatórios nos Anos Iniciais, sobretudo se comparado ao Ensino Médio. Apesar de bater a meta local no Ideb desde 2007, o Estado sempre obteve desempenho inferior à boa parte dos estados

brasileiros nesta etapa⁴³. Em termos de alfabetização, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), de 2016, realizada por alunos do 3º ano do EF, indicou que somente 29% dos estudantes de Pernambuco tinham um nível adequado de Leitura e só 48% de Escrita⁴⁴.

Em 2015, foi lançado o Plano Estadual de Educação de Pernambuco, tendo como meta 5 “alfabetizar todas as crianças até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental”. Para viabilizar este objetivo, Pernambuco apostou no modelo cearense de alfabetização em regime de colaboração com os Municípios, que, desde 2007, obtém sólidos resultados na alfabetização com o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)⁴⁵.

42 > Para saber mais, visite: <https://abemcomum.org/parceria-pela-alfabetizacao-em-regime-de-colaboracao/>

43 > Para ver o desempenho de Pernambuco no Ideb, retomar ao capítulo 2 deste documento.

44 > Os resultados da ANA de 2016 podem ser consultados em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_saeb_ana_2016_panorama_do_brasil_e_dos_estados.pdf

45 > O estudo de caso sobre o Ceará pode ser consultado em: <https://educacaoquedacerto.todospelaeducacao.org.br/>

O Criança Alfabetizada foi institucionalizado por meio da Lei nº 16.617, de 15 de julho de 2019⁴⁶. Naquele ano, o projeto atendeu somente os Anos Iniciais e, em 2020, foi expandido para a Educação Infantil. O projeto conta com a adesão de todos os 184 municípios pernambucanos.



QUADRO 4 » PARA SABER MAIS

Programas de alfabetização anteriores ao Criança Alfabetizada

Antes do Programa Criança Alfabetizada, Pernambuco já contou com duas outras experiências de programa de alfabetização em regime de colaboração com os municípios: o Programa Alfabetizar com Sucesso e o Programa Educação Integrada. Essas iniciativas foram importantes para o reconhecimento da necessidade de se olhar para a alfabetização, e para pavimentar um trabalho com os Municípios. A seguir, cada um dos programas é descrito de forma resumida:

ALFABETIZAR COM SUCESSO (2003-2014)

O Programa Alfabetizar com Sucesso (PAS) integra o Programa Estadual de Alfabetização (2003) e foi implantado em parceria com o Instituto Ayrton Senna. A iniciativa tinha como propósito:

- Garantir a alfabetização de crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental;
- Oferecer formação continuada especializada para alfabetizadores(as);
- Contribuir para a redução da distorção idade-série.

O programa foi dividido em três eixos: o pedagógico, o de gerenciamento de dados e indicadores e o eixo político. Em 2013, o PAS estava presente em 170 municípios de Pernambuco.

EDUCAÇÃO INTEGRADA (2016-2017)

Programa implantado em 15 municípios de Pernambuco, em parceria com a Unicef Também voltado para a alfabetização, teve como principais destaques:

- Capacitação de gestores, professores e técnicos municipais;
- Distribuição de acervos da literatura infantil para as escolas participantes;
- Montagem de espaços de leitura nas salas de aula dos Anos Iniciais.

Para viabilizar estes objetivos, o projeto mobilizou atividades envolvendo as bibliotecas das escolas e os espaços de leitura criados. Ao longo de dois anos, 385 escolas participaram da Educação Integrada.

Pernambuco apostou no modelo cearense de alfabetização em regime de colaboração com os Municípios, que, desde 2007, obtém sólidos resultados na alfabetização com o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC).

46 > O conteúdo da lei pode ser consultado em <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/21557/LEI%20N%C2%BA%2016.617,%20DE%2015%20DE%20JULHO%20DE%202019..pdf>.

B > Principais objetivos

- Garantir a alfabetização das crianças até os 7 anos, abrangando a Educação Infantil e o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

C > Descrição do funcionamento da política

O Criança Alfabetizada se divide em seis eixos de atuação, que norteiam as responsabilidades do Estado e dos Municípios, bem como a condução do processo de ensino-aprendizagem. A seguir, cada um dos eixos é detalhado.

O Criança Alfabetizada tem como objetivo alfabetizar todas as crianças de Pernambuco até os 7 anos. A principal estratégia é por meio do regime de colaboração entre o estado e os 184 municípios pernambucanos.

FIGURA 5 >> VISÃO SISTÊMICA DO PROGRAMA CRIANÇA ALFABETIZADA⁴⁷



Elaboração: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.

⁴⁷ > Elaborada com base no conteúdo da Lei nº 16.617, disponível em https://www.google.com/url?q=http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/upload/galeria/21557/LEI%2520N%25C2%25BA%252016.617,%2520DE%252015%2520DE%2520JULHO%2520DE%25202019..pdf&sa=D&source=docs&ust=1643221155228813&usg=AOvVaw0xOmmQMm5wa_Rh7UJ53pb3

1. Fortalecimento da gestão

O eixo de fortalecimento da gestão concentra ações de apoio às secretarias e de formação de equipe gestora do programa em cada Município.

SELEÇÃO DE EQUIPE ESPECIALIZADA

Os Municípios que integram o Criança Alfabetizada ficam responsáveis por realizar um processo de seleção de um coordenador e dois professores formadores, sendo um para a Educação Infantil e outro para os Anos Iniciais. Estes profissionais deverão trabalhar exclusivamente no projeto.

O processo de escolha desses profissionais leva em consideração critérios técnicos e abrange somente os servidores concursados pela Secretaria de Educação e Esportes do Município, conforme previsto na Lei nº 16.617.

CONCESSÃO DE BOLSAS

Todos os coordenadores e formadores selecionados recebem uma bolsa do Governo do Estado, paga entre os meses de março e dezembro. O pagamento é feito como adicional ao salário-base dos servidores, sendo R\$ 800 para os coordenadores e R\$ 500 para os formadores, conforme consta na lei⁴⁸. O aporte financeiro oferecido pelo Estado tem como objetivo gerar engajamento, de modo que os servidores se interessem em participar do projeto.

Até 2021, o Criança Alfabetizada possuía 552 bolsistas ativos, tendo em vista que cada município possui três representantes.

ARTICULAÇÃO ENTRE AS ADMINISTRAÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS

A Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco possui em seu organograma mais recente uma coordenação estadual de Educação Infantil e outra para os Anos Iniciais, sendo ambas sob a liderança da Superintendência de Educação Infantil e Anos Iniciais. Cada coordenação possui uma equipe técnica que presta suporte direto às Gerências Estaduais de cada região. A prática permite a troca de boas experiências e um atendimento mais rápido e focado nas principais demandas apresentadas pelos Municípios.

2. Formação de gestores e professores

A formação de gestores e professores no âmbito do programa Criança Alfabetizada ocorre de forma escalonada. O processo é conduzido inicialmente pela Secretaria de Educação e Esportes, que é quem estabelece também as diretrizes das formações. Para alcançar os municípios, a Secretaria capacita as equipes das gerências regionais, e esta as gestões municipais. Por fim, na ponta desse processo, serão os bolsistas formadores os responsáveis pela capacitação dos professores da Rede.

Periodicamente, a Secretaria de Educação e Esportes realiza um trabalho de acompanhamento pedagógico que visa, entre outras coisas, entender se o processo formativo está, de fato, gerando impacto na sala de aula. O acompanhamento tem como foco um diagnóstico do projeto, e oferece uma devolutiva às escolas com os principais pontos de destaque. Por fim, como parte do escopo do projeto, periodicamente são realizados seminários de troca de experiências e valorização das iniciativas exitosas.

3. Material complementar

A produção de materiais complementares visa fornecer novos subsídios de ensino- aprendizagem a professores e alunos, sem sobrepor-se aos materiais didáticos já existentes. A produção toma como base os currículos de Pernambuco para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental⁴⁹, de 2018, assim como a BNCC.

PRODUÇÃO DIVERSIFICADA PARA ALUNOS E PROFESSORES

Na Educação Infantil, só o professor recebe materiais, que levam o nome de Caderno de Mediação Pedagógica. O caderno está estruturado em três partes: I. uma introdutória com reflexões sobre as práticas de letramento na Educação Infantil; II. um conjunto de textos com estratégias didáticas diversas para incentivar o processo de alfabetização; III. propostas de integração entre a alfabetização e letramento e a cultura infantil⁵⁰. Não estão previstas produções de materiais complementares para uso dos estudantes da Educação Infantil.

⁴⁸ > No âmbito do programa de distribuição de bolsas, prevista pela Lei nº 16.617, de 15 de julho de 2019.

⁴⁹ > O currículo de Pernambuco para a Educação Infantil pode ser consultado em <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL.pdf>. O currículo do Ensino Fundamental pode ser consultado em <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf>

⁵⁰ > O Caderno de Mediação Pedagógica pode ser acessado por meio do link http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17597/CADERNO%20DE%20ED%20INFANTIL%20PCA_2021_%20FINAL%20COM%20FICHA.pdf.

Os materiais dos Anos Iniciais abarcam: um almanaque para crianças do 1º ano, um almanaque para crianças do 2º ano, além de um manual para os professores⁵¹. Os manuais refletem as ideias de alfabetização e letramento esperados para aquele ciclo. Já os almanaques contêm atividades que estimulam a leitura e a escrita a partir de múltiplas possibilidades.

Os materiais são cedidos de forma gratuita a todos os Municípios que integram o projeto Criança Alfabetizada.

PARCERIA COM AS UNIVERSIDADES

As produções dos materiais complementares foram conduzidas pelo Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em parceria com a Secretaria de Educação e Esportes. O CEEL e a Secretaria de Educação e Esportes são também os responsáveis pela facilitação de formações continuadas para professores, gestores e os profissionais formadores de cada Município.

Um dos principais eixos do programa é o de incentivo às escolas, que prevê premiações para as unidades com melhor desempenho. Inspirado na experiência do Ceará, o Prêmio Escola Destaque incentiva a cooperação entre as escolas premiadas e aquelas com menor desempenho

4. Avaliação dos estudantes

Como parte do esforço de melhoria da qualidade do ensino nos Anos Iniciais, a Secretaria de Educação e Esportes criou uma avaliação de fluência de Leitura. A prova é realizada por alunos do 2º ano do Ensino Fundamental e conduzida por professores da própria escola, desde que não lecionem para estes estudantes. A avaliação de fluência em Leitura tem um foco diagnóstico, para que sejam realizadas intervenções mais imediatas e focalizadas na melhoria do processo de alfabetização.

Durante a prova, são avaliadas a capacidade de leitura de palavras soltas e de textos, assim como a interpretação sobre o que foi lido. A prova é feita de forma individual e gravada por meio de um aplicativo para que sejam gerados os resultados dos alunos e das escolas.

O projeto prevê a aplicação de duas avaliações de fluência em Leitura por ano, uma em cada semestre. No entanto, por conta da pandemia da Covid-19 e do fechamento das escolas em 2020 e parte de 2021, foram realizadas apenas duas avaliações até o momento: uma no segundo semestre de 2019 e outra no segundo semestre de 2021.

5. Incentivo às escolas

Além de ceder materiais complementares e oferecer formação continuada aos profissionais da Educação, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação e Esportes, estabeleceu, em 2019, a criação do Prêmio Escola Destaque. A iniciativa visa premiar com aportes financeiros as escolas que obtiverem os melhores resultados no SAEPE. As características do projeto estão especificadas entre os artigos 9 e 18 da Lei nº 16.617, de 15 de julho de 2019, e serão melhor exploradas a seguir⁵².

51 > Tanto os manuais como os almanaques podem ser consultados em <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=36&art=5101>

52 > A Lei nº 16.617 pode ser consultada por meio do link <https://leisestaduais.com.br/pe/lei-ordinaria-n-16617-2019-pernambuco-regulamenta-o-premio-escola-destaque-o-apoio-por-meio-de-contribuicoes-financeiras-e-a-concessao-de-bolsas-de-pesquisa-e-de-extensao-integrantes-do-programa-crianca-alfabetizada-instituido-pela-lei-n-16617-de-15-de-julho-de-2019>

TABELA 4 » PRÊMIO ESCOLA DESTAQUE

| ESCOLAS PREMIADAS ⁵³ | ESCOLAS BENEFICIADAS | COLABORAÇÃO ENTRE ESCOLAS |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> As 50 escolas com melhores desempenhos no SAEPE. Recebem R\$ 80 mil de premiação, em duas parcelas, sendo a primeira correspondente a 75% do valor total. O montante deve ser remanejado em ações que visem à melhoria dos resultados de aprendizagem. | <ul style="list-style-type: none"> As 50 escolas com piores desempenhos no SAEPE. Recebem benefício financeiro de R\$ 40 mil, em duas parcelas, sendo a primeira correspondente a 75% do valor total. O montante deve ser investido em um plano de melhoria dos níveis de aprendizagem da instituição. | <ul style="list-style-type: none"> O recebimento da segunda parcela está condicionado à melhoria dos resultados das escolas de pior desempenho no ano seguinte. Sendo assim, o projeto prevê que as escolas premiadas trabalhem de forma colaborativa com as escolas beneficiadas em ações que ajudem a melhorar os indicadores educacionais de ambas as partes. As escolas que firmarem parcerias devem apresentar um plano em conjunto com metas e planos de ações para um período de até dois anos. |

FONTE: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.

6. Engajamento dos municípios

Para viabilizar as propostas de melhoria da Educação defendidas pelo programa Criança Alfabetizada, Pernambuco investiu também no envolvimento dos gestores públicos com a pauta. A principal medida nesse sentido foi a alteração das regras de distribuição dos valores do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para os municípios em

julho de 2019⁵⁴, quando 75% do valor repassado aos municípios era distribuído de acordo com o valor adicional fiscal de cada cidade e 25% com base em onze indicadores socioambientais, entre os quais a Educação, com participação de 3%. Pelas novas regras, o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDE) passa a ser um dos indicadores centrais que irão nortear o valor final dos repasses, chegando a 18%, em 2026⁵⁵.

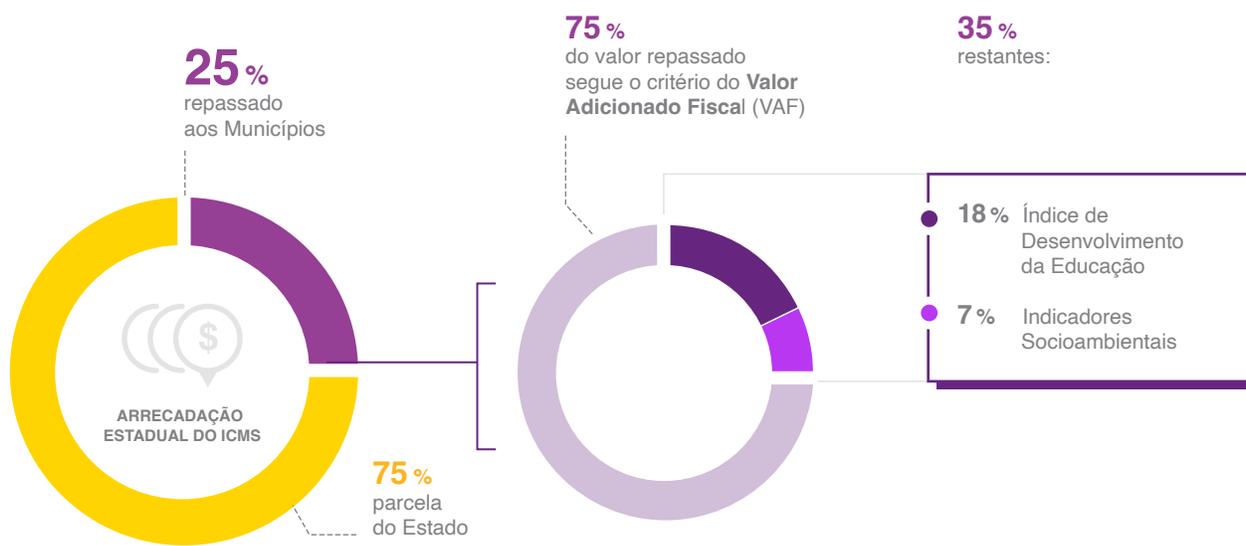
Para viabilizar as propostas de melhoria da Educação defendidas pelo programa Criança Alfabetizada, Pernambuco investiu também no envolvimento dos gestores públicos com a pauta. A principal medida nesse sentido foi a alteração das regras de distribuição dos valores do ICMS

53 > Para receber o prêmio, as escolas devem cumprir alguns critérios, entre os quais: ter, no momento da avaliação, pelo menos 20 alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental regular; ter obtido média situada no intervalo entre 8,5 e 10,0 no SAEPE; ter, no mínimo, 90% de alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental no momento da avaliação.

54 > As novas regras do ICMS foram aprovadas em julho de 2019, por intermédio da Lei nº 16.616. Esta pode ser consultada em https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/legislacao/Leis_Tributarias/2019/Lei16616_2019.htm.

55 > De acordo com a lei, a participação da Educação na definição do valor do ICMS repassado aos municípios funcionará da seguinte forma: 8% em 2021; 10% em 2022; 12% em 2023; 14% em 2024; 16% em 2025 e, por fim, 18% a partir de 2026.

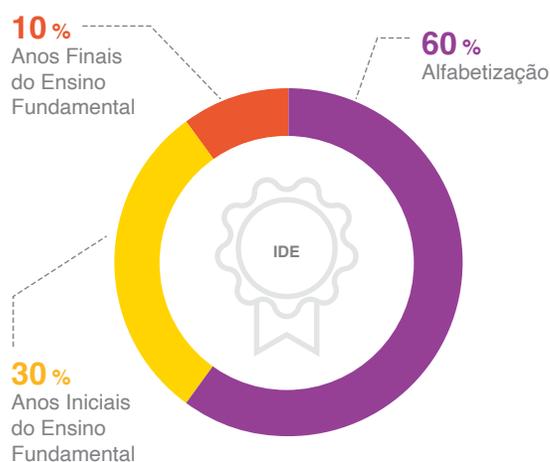
FIGURA 6 » ESQUEMA VISUAL DO ICMS COM BASE NA PREVISÃO A PARTIR DE 2026



Elaboração: Todos Pela Educação.

O Índice de Desenvolvimento da Educação (IDE) foi instituído por meio do Decreto nº 47.729⁵⁶, de 15 de julho de 2019. O indicador é calculado anualmente a partir dos resultados obtidos pelos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental no SAEPE. O indicador atribui pesos diferentes a cada etapa de ensino e um destaque para a prova de alfabetização, que é feita pelos alunos do 2º ano dos Anos Iniciais. Na prática, as gestões municipais ganham um incentivo adicional para melhorarem seus resultados educacionais, uma vez que isso passa a implicar mais recursos de ICMS para as Prefeituras.

FIGURA 7 » CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO



CÁLCULO DO IDE:

$$IDE_i = 0,6 \times [IDA_i] + 0,3 \times [IDF1_i] + 0,1 \times [IDF2_i]$$

IDA = Índice de Desenvolvimento da Alfabetização

IDF1 = Índice de Desenvolvimento dos Anos Iniciais do EF

IDF2 = Índice de Desenvolvimento dos Anos Finais do EF

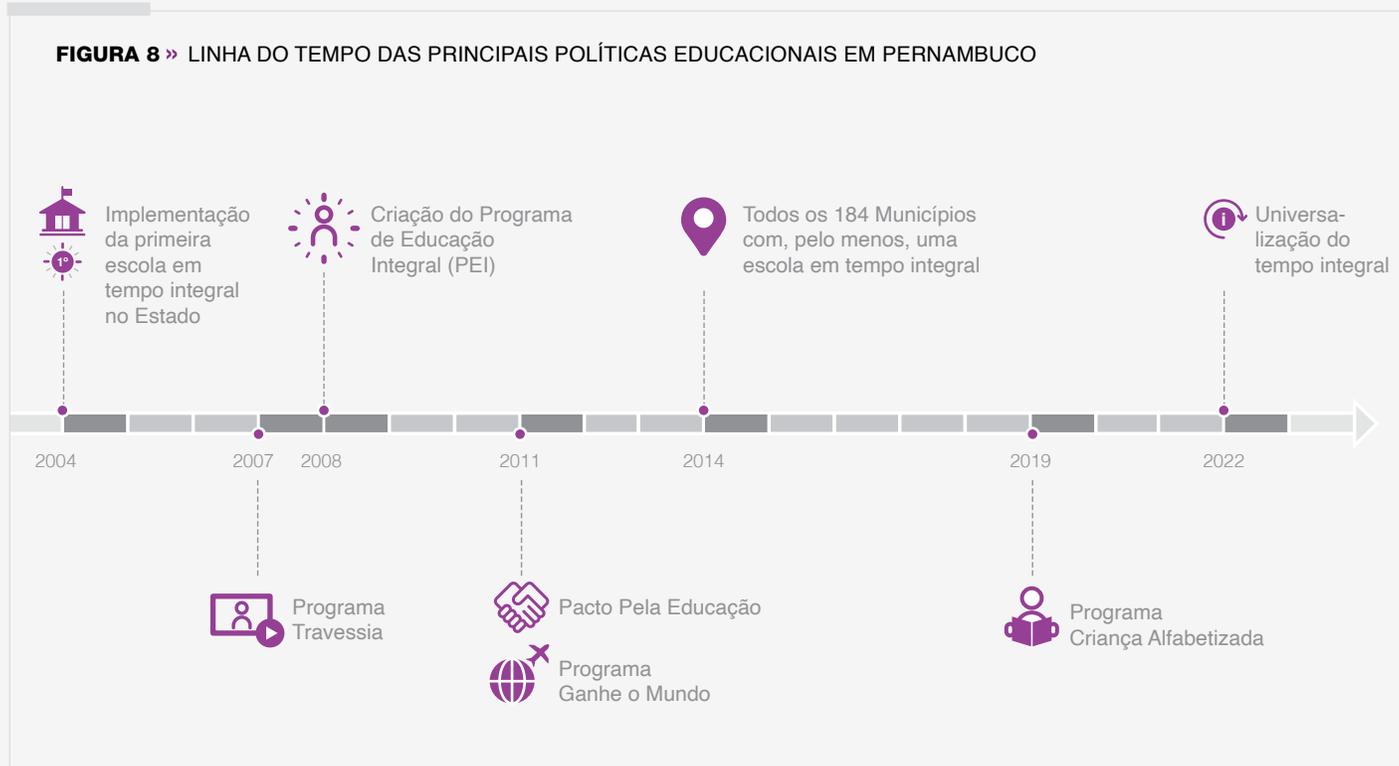
Elaboração: Todos Pela Educação.

56 > O Decreto nº 47.729 pode ser consultado em <https://leisestaduais.com.br/pe/decreto-n-47729-2019-pernambuco-institui-o-indice-de-desenvolvimento-da-educacao-ide>.

Quadro-Resumo do capítulo 3

No capítulo 3, o principal objetivo foi detalhar o funcionamento de algumas das principais políticas educacionais de Pernambuco. Como foi abordado no capítulo 1, a transformação da Educação em Pernambuco foi iniciada em 2004, com a implementação da primeira Escola Integral, o principal destaque do Estado na Educação Básica. A partir de 2007, o processo de transformação educacional se acentua, com a expansão do modelo de escolas em tempo integral e a criação de outras novas políticas. A figura 8 resume as principais políticas que foram criadas nos últimos 18 anos, pelas gestões que estiveram na Secretaria de Educação.

FIGURA 8 » LINHA DO TEMPO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM PERNAMBUCO



Elaboração: Todos Pela Educação.



> CONCLUSÃO

ESTE DOCUMENTO mostrou que os resultados de aprendizagem que Pernambuco tem atingido na Educação Básica nos últimos anos, especialmente no Ensino Médio, não são fruto do acaso. É um dos poucos estados a bater as metas do Ideb no Ensino Médio (apenas Pernambuco e Goiás conseguiram na edição de 2019), possui o terceiro melhor resultado no Ideb nesta etapa e tem o maior percentual de matrículas em tempo integral no Ensino Médio entre todos os estados do País. Por trás desses excelentes resultados, está a estruturação de um sistema educacional robusto e coerente, que é capaz de garantir os avanços nos resultados educacionais.

Esse sistema é composto por uma série de políticas estruturantes, sendo que, neste material, são destacadas quatro principais: o Programa de Educação Integral (PEI), o suporte pedagógico, o Programa Ganhe o Mundo e o Programa Criança Alfabetizada. Esse processo de transformação da Educação pernambucana iniciou-se em 2003 e foi intensificado a partir de 2008, ano em que o PEI virou uma política pública e estas escolas com um novo modelo pedagógico começaram a se espalhar pelo estado. Observa-se que, desde 2007, existe uma linha de continuidade das políticas públicas educacionais que vêm sendo aprimoradas e aperfeiçoadas ao longo dos anos.

Essa história foi e está sendo construída por diversos autores: desde Governadores (que priorizaram a Educação em suas agendas), passando pelos Secretários e equipes técnicas da Secretaria que trabalharam de forma incansável na formulação, implementação e aprimoramento das políticas e, principalmente, pelos diretores e professores que atuam nas escolas municipais e estaduais, atendendo diretamente os alunos. Os grandes beneficiários desse processo são os estudantes pernambucanos, que têm acesso à Educação de qualidade superior àquela oferecida para a grande maioria dos alunos do País, principalmente no Ensino Médio.

Espera-se que, ao iluminar alguns dos principais fatores de sucesso do caso de Pernambuco na Educação Básica, este documento forneça subsídios para outros atores políticos e gestores educacionais de redes municipais e estaduais do Brasil. Nos próximos anos, a mitigação dos impactos da pandemia na Educação deverá ser a tônica das ações dos sistemas educacionais. Porém, não bastarão esforços pontuais e provisórios. A estruturação de sistemas educacionais de alta qualidade, com políticas públicas mais efetivas, que cheguem às salas de aula e permitam que os estudantes aprendam mais, será fundamental. Nesse sentido, o caso de Pernambuco pode e deve ser uma inspiração e referência para outros Estados brasileiros.

É um dos poucos estados a bater as metas do Ideb no Ensino Médio (apenas Pernambuco e Goiás conseguiram na edição de 2019), possui o terceiro melhor resultado no Ideb nesta etapa e tem o maior percentual de matrículas em tempo integral no Ensino Médio entre todos os estados do País.



LISTA DE ENTREVISTADOS PARA A ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

Ana Coelho Vieira Selva

Secretária Executiva do Desenvolvimento da Educação

Cláudia Roberta de Araújo Gomes

Superintendente de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Frederico da Costa Amâncio

Ex-secretário estadual de Educação de Pernambuco e atual Secretário Municipal de Educação do Recife

Maria de Araújo Medeiros

Secretária Executiva de Educação Profissional e Integral

Mariângela Jansen Berardinelli

Superintendente Pedagógica da Educação Integral e Profissional

Regina Celi de Melo André

Gerente Geral do Ensino Médio e Anos Finais do Ensino Fundamental



EDUCAÇÃO
QUE DÁ
CERTO



**TODOS
PELA
EDUCAÇÃO**

www.todospelaeducacao.org.br



/todoseducacao



@todoseducacao



/user.todospelaeducacao



@todospelaeducacao



/company/todospelaeducacao



Todos Pela Educação